

Edição 9 - Setembro 2019 | Ano 3

RIG + POLÍTICAS PÚBLICAS



Abrig

Associação Brasileira de
Relações Institucionais
e Governamentais



FORMALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE RIG

Em paralelo ao projeto em debate no Congresso sobre o tema, Abrig e ABNT selam acordo para lançar norma técnica para a atividade

PRÊMIO MARCO MACIEL 2019

O PRÊMIO, EM PRAÇA PÚBLICA, RECONHECE AS MELHORES PRÁTICAS DE ÉTICA E TRANSPARÊNCIA ENTRE PÚBLICO E PRIVADO

PALAVRA DO PRESIDENTE

PREZADO LEITOR,

A presente edição desta revista registra importante capítulo para a atividade de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) no Brasil. A capa retrata as expectativas e o contexto da tão esperada regulamentação da atividade pelo Congresso Nacional. Estamos muito próximos desta vitória.

O belíssimo encontro realizado em 13 de agosto, na Praça dos Três Poderes, durante o Prêmio Marco Maciel, e o bom momento do setor espelham a mobilização de todos nós, RIGs, conscientes de nosso papel. Meus parabéns aos 31 cases inscritos, aos finalistas e aos premiados, que ajudam a construir esse novo tempo.

A Abrig – entidade que participa de corpo e sentimento desse processo de afirmação em todo país – promove o encontro fundamental e transparente entre público e privado.

Os frutos desse esforço seguem sendo colhidos. Assinamos acordo de cooperação com a Associação Brasileira de

Normas Técnicas (ABNT) que, até dezembro, especificará como nossa atividade deve ser exercida. É mais um passo rumo a autorregulamentação.

Outra importante conquista é o primeiro mestrado em RIG do Brasil, certificado pela Universidade de Paris com foco na área comercial, que coincide com as enormes perspectivas abertas pela recente celebração do acordo entre Brasil e União Europeia, o maior da história.

Ainda no terreno da formação profissional, temos o orgulho de anunciar o MBA inédito de RIG + Compliance, uma parceria entre Abrig, Fadisp, e America University, em Washington.

Muitas conquistas, muito a fazer, vamos em frente!

Guilherme Cunha Costa
Presidente da Abrig



Abrig
Associação Brasileira de
Relações Institucionais
e Governamentais

EXPEDIENTE

A RIG + Políticas Públicas é uma publicação da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig).

Presidente da Abrig: Guilherme Cunha Costa

Superintendente do IEL Nacional: Eduardo Vaz

Jornalista-Responsável: Sílvio Ribas

Conselho Editorial: Paulo Castelo Branco (Presidente), Eduardo Fayet, Isadora Campos, Ivonice Campos, Jeanne Francine Moor, Karine Gonzaga, Karolina Aspesi Abreu, Sílvio Ribas

Editor: Sílvio Ribas

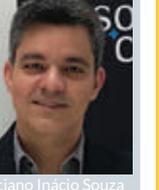
Colaboraram com esta edição: Adriana Vasconcelos, Jack Corrêa, Sílvio Ribas, Jordanna Lourenço Ramos Aguiar, Paulo Castelo Branco e Renata Veríssimo

Produção: Karolina Aspesi Abreu

Design Abrig: Bees Comunicação

Diagramação: Easee Propaganda

Revisora: Shirley Loiola

PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTES							
 Guilherme Costa (Presidente)	 Jack Correa (1º Vice-Presidente)	 Renault Castro (Vice-Presidente)	 Stella Cruz (Vice-Presidente)	 João Henrique (Vice-Presidente)	 Marcelo Moraes (Vice-Presidente)	 Angela Rehem (Vice-Presidente)	 Ivonice Campos (Vice-Presidente e Dir. Relações Institucionais)	 Marcelo Tognozzi (Vice-Presidente e Dir. Internacional Espanha)
VICE-PRESIDENTES			DIRETORIA NUMERADA				DIRETORIA	
 Mauro Falsetti (Vice-Presidente)	 Marcos Lima (Vice-Presidente)	 Luís Henrique Bezerra (Vice-Presidente)	 Cesar Galiza (1º Secretário)	 Gustavo Carneiro (2º Secretário)	 Tatiana Porto (1ª Tesoureira)	 Ana Fidelis (2ª Tesoureira)	 Ana Carolina Lacerda (Diretora)	 Antônio Marcos (Diretor)
DIRETORIA								
 Carolina Venuto (Diretora e Dir. Capacitação)	 Daniel Mendonça (Diretor)	 Delcíio Sandi (Diretor)	 Jean Carlo de Castro (Diretor)	 Lucien Belmonte (Diretor)	 Marcelo Bechara (Diretor)	 Márcio Artiaga (Diretor e Dir. Regional RJ)	 Ricardo Ramires (Diretor)	 Ricardo de Saboya (Diretor)
DIRETORIA			CONSELHO FISCAL			CONSELHO DE ÉTICA		
 Roberto Jucá (Diretor)	 Frederico Borges (Presidente Conselho)	 Eliza Samartini (Conselheira Fiscal)	 Gustavo Cezário (Conselheiro Fiscal)	 Marcos Borges (Conselheiro Fiscal)	 Andrew Greenlees (Conselheiro Fiscal e Dir. Regional SP)	 Paulo Castelo Branco (Conselheiro de Ética)	 Godofredo Diniz (Conselheiro de Ética)	 Suzana Tostes (Conselheira de Ética)
CONSELHO SUPERIOR								
 Cícero Araújo (Presidente)	 José Alves (Vice-presidente)	 Reginaldo Braga (Vice-presidente)	 Paulo Tonet (Conselheiro Superior)	 Henrique Rzezinsk (Conselheiro Superior)	 Toninho Queiroz (Conselheiro Superior)	 Valdir Simão (Conselheiro Superior)	 Carlos Cidade (Conselheiro Superior)	 Luiz Antônio (Conselheiro Superior)
CONSELHO SUPERIOR			DIRETORIA INTERNACIONAL			DIRETORIA REGIONAL		
 Murillo Aragão (Conselheiro Superior)	 Ricardo Ferraço (Conselheiro Superior)	 Ana Amélia (Conselheiro Superior)	 Lucas Veiga (Dir. Inter. Canadá)	 Manoel Santos (Dir. Inter. EUA)	 Tania Rodrigues (Dir. Inter. Itália)	 Adriana Maugeri (Dir. Regional MG)	 Isabella Martins (Dir. Regional MG)	 Maximiliano Nogueira (Dir. Regional MG)
DIRETORIA REGIONAL						DIRETORIA TEMÁTICA		
 Daniela Christovão (Dir. Regional SP)	 José Eduardo (Dir. Reg. SP - Interior)	 Luís Cláudio Souza (Dir. Regional RJ)	 Fábio Aguayo (Diretor Regional PR)	 Edgar Usuy (Dir. Regional Sul)	 Ruy Ceará (Dir. Regional Nordeste)	 Luciana Goelzer (Dir. Regional RS)	 Eduardo Fayet (Estratégico)	 Luciano Inácio Souza (Jurídico)

RIG + POLÍTICAS PÚBLICAS



12

Regulamentação:
**No caminho da
autorregulamentação**
Por Adriana Vasconcelos

16

Entrevista:
**Regulamentar o lobby é
combater a corrupção**
Ana Amélia Lemos

20

Regulamentação:
Lobby não é pecada, mas...
Por Jack Corrêa



22

Regulamentação:
**Do saguão do hotel a pilar da
democracia**
Por Sílvia Ribas



26

Regulamentação:
O futuro de RIG
Por Jordanna Lourenço Ramos Aguiar

28

Prêmio Marco Maciel:
As melhores práticas de RIG
Por Adriana Vasconcelos



34

Comércio Exterior:
Importa é o que exporta
Por Sílvia Ribas

36

Justiça:
**Mediar e conciliar,
eis a questão**
Por Paulo Castelo Branco



38

Varejo e RIG:
**Rede de lideranças nos
estados**
Por Renata Veríssimo

42

Estudos de caso IEL:
**O farol da ética
e do propósito**

46

Eventos Abrig
O que aconteceu de relevante.

EDUCAÇÃO EXECUTIVA IEL. A GENTE DESENVOLVE VOCÊ. VOCÊ DESENVOLVE O PAÍS.

O IEL oferece cursos exclusivos, criados a partir de uma análise das necessidades do mercado. Os cursos são estruturados para executivos que buscam aperfeiçoamento de excelência e desejam potencializar sua gestão e sua empresa.

CURSOS

- **Compliance e Eficiência Empresarial**
- **Relações Governamentais na Estratégia Corporativa**
- **Fusões e Aquisições**
- **Gestão da Mudança e a Transformação Digital**
- **Processo Regulatório e o Impacto nas Empresas**
- **Cyber Segurança e Defesa Digital**
- **Lean Office**

Inscriva-se: www.iel.org.br/eduexecutiva

Use o QR code
para mais
informações.



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria

NÓS SOMOS ABRIG

Conheça os profissionais
que constroem nossa
Entidade

Adriana Benatti

Adriana Diaféria

Adriana Maugeri

Alencar Guilherme

Alessandra Mota

Alexandre Maroli

Andréa Gozetto

Andressa Pappas

Andrew Greenlees

Ângela Batista de
Oliveira

Angela Rehem

Antonio de Queiroz

Antonio Marcos
Umbelino Lôbo

Aryell Galmon

Carlos Zaim

Carolina Araújo
Mendes

Carolina Castro

Carolina Venuto

Caroline O. de Sá

Cássio Batista

Cassius Polito

Cesar Galiza

Daniel Fiuza

Daniela Christovão

Davi Bomtempo

Delcio Sandi

Dennis Uehara

Diogo Brunacci

Dorgival Pereira

Dulci Tiné

Emerson Casali

Emiliano Saran
Azevedo

Fabiano Bissoto

Fabiano Hecht

Fábio Aguayo

Fabio Saboya Salles Jr.

Fabricio Klein

Fabricio Pancotto

Godofredo
Franco Diniz

Guilherme
Cunha Costa

Guilherme Domingos

Guilherme Henriques

Gustavo de
Assis Carneiro

Gustavo Lima Cezário

Halim Abud

Hélio Marcos
Prates Doyle

Jean Carlo de Castro

Jessica Srour

Joao Antonio
Monteiro Tavares

João Henrique
Hummel Vieira

Jonas Sertorio

Jordanna Lourenço

Jorge Ramos
Mízael da Silva

José Alexandre Pires

Luan Dias

Lucas Barreto

Lucas de Oliveira Silva

Lucas Veiga

Luciana Franco

Luciano
Camelo da Silva

Luciano Inácio Souza

Lucien Belmonte

Manoel Browne

Manoel Coracy
Saboia Dias

Manoel Santos

Manoela Onofrio

Marcel Daltro

Marcella Cunha

Marcelo Bechara

Marcelo Fraga Amaral



Alexandre Nogueira
Ferreira

Amaury Pekelman

Ana Carolina Lacerda

Ana Maria
Santos Fidelis

Ana Paula Bialer

Ana Victória
Soraggi Lafeté

Anderson Oliveira

André Pellizzaro

Bernhard J. Smid

Beti Sefrin

Bianca Paula

Bruno Perman

Bruno Ziller

Carlos Cidade

Carlos Henrique
Fernandes

Carlos Hugo Studart

Cláudia Araújo
de Almeida

Claudio Almeida

Claudio Timm

Custodio
Toscano Costa

Cynthia Cury

Daiver Cambráia

Damian Popolo

Daniel Duarte Lledó

Eder Bernardes

Edgard Usuy

Edilson Uiechi

Edson Eduardo
Pramparo

Eduardo Batista
de Queiroz

Eduardo Calderari

Eduardo Fayet

Eliza Samartini

Fernanda Adjuto

Fernanda Matos

Fernando
Teixeira Abdala

Flavia Lopes

Flávio da Mata

François Martins

Frederico Alves
da Silva Borges

Gabriel Borges

Henrique
Costa Rzezinski

Igo Moraes

Ilma Ferreira Lima

Isabella
Martins do Carmo

Isadora Campos

Ivo Marcos Carraro

Ivonice Campos

Jack Corrêa

Juliana Kirmse

Julien Machado

Karoline Lima

Kátya Desessards

Kelly Cristina

Leandro Gabiati

Leonardo Moraes

Louize Meyer

Luís Antonio
Martinez Vidal

Luís Cláudio
Souza Leão

Luis H. M Cidade

Luiz Antônio
Faria de Sousa

Luiz Antonio
Flecha de Lima

Luiz Eduardo Barbosa

Luiz Fernando Visconti

Luiz Henrique
Maia Bezerra

Marcelo Moraes

Marcelo Tognozzi

Marcio Artiaga

Márcio Cançado

Marcio Gonçalves

Márcio Luiz Silva

Marco Túlio Rodrigues

Marcone Costa Souza



Marcos Borges

Marcos de Castro Lima

Marcos Dias de Paula

Marcos Luiz Aguiar Cunha Santos

Marcus Deois

Maria Claudia

Maria Elisa Diniz

Mariana Castro

Mauro Apor

Mauro Borges

Mauro Falsetti

Maximiliano Nogueira Ribeiro

Mayra Barreto

Miguel Gerônimo

Mírian Vaz

Monique Presser Cigolini

Murillo Laranjeira

Murilo Caetano Miranda

Nicholas Moreno

Pablo Silva Cesário

Patrick Azevedo

Paulo Castelo Branco

Paulo Cesar Chaves

Paulo Henrique Rangel Teixeira

Paulo Kramer

Paulo Tonet Camargo

Paulo Homem

Pedro Henrique Gallotti Kenicke

Rafael Bernardi

Rafael de Freitas Machado

Rafael Favetti

Rafael Ferrão

Rafael Gripp

Rafael Luiz de Moura

Rafael Piva Neves

Rafael Ponzi Ribeiro

Reginaldo Braga Arcuri

Renato Matos Roll

Renato Schettini Knupp

Renault Castro

Rhian Simões Monteiro Duarte

Ricardo de Saboya Rocha Miranda

Ricardo Parente

Ricardo Ramires Filho

Ricardo Tomaz

Roberto Drago Pelosi Jucá

Roberto Rocha

Rodrigo Navarro

Roque Vieira dos Santos

Saulo Marquezini

Sérgio Carvalho

Sidnei Teles

Silvio Cesar Ribas de Souza

Silvio Gadelha

Stella Cruz

Susana Tostes

Synésio Batista da Costa

Tacyra Valois

Tais Mendes

Tania Rodrigues

Tatiana Martins Porto

Tatiana Nogueira Siqueira

Tatiara Monteiro Santos

Telesforo Caceres

Thales Martins Ribeiro

Thiago de Moraes Ferrari

Tulio E. Marques

Ubiracir Fernandes Lima Filho

Valdeci Verdelho

Vitor Pedroza

Ygor Kruchowski de Siqueira



... e nós também somos a Abrig, associação com mais de 500 profissionais atuando com ética e transparência

Abel Barbosa Neto Souto
Abraão Rodrigues Lira
Adriana Campos Castanheira
Airtton Nogueira Pereira Junior
Alan Servulo Saraiva Maia
Alaor Barra Aguirre
Alberto Do Amaral Osorio Bueno
Aleksander Santos
Alena Profit Pachioni
Alessandro Orofino de Araújo
Alexandra Krastins Lopes Souto Maior
Alexandre Prado Grangeiro
Aline Akemi Freitas
Aluizio Davis Neto
Álvaro Larrabure Costa Corrêa
Amanda Carvalho dos Santos Wanderley
Ana Cecília Andrade Aquino
Ana Paula Bernardes
Ana Paula Bialer
Ana Paula Feliciano
Ana Paula Gadotti Franco
Anderson Luiz Dias
André Fortes Chaves
André Luiz Guedes Lima
André Passos Cordeiro
Andrea Häggström Rodrigues
Antônio Altair Carvalho Ribeiro
Antônio Carlos Belarmino Lago
Antônio Carlos de Medeiros Souza
Antônio Carlos Vieira Júnior
Antônio Holanda e Silva
Antônio Pereira Gonçalves Filho
Antônio Sobral
Ariovaldo Santana da Rocha
Arthur Paes Wittenberg
Barbara Beatriz Sousa Khouri Piquet
Beatriz Lima
Bruno Ambrósio
Bruno Jorge Soares
Camila Calazans
Camila Carolina Monteiro Guerreiro
Camila Paschoal
Carlos Abdo Muanis
Carlos Zucolotto Junior
Carolina Araújo Mendes
Carolina Noura
Catarina de Macedo Buzzi
Catilo Brzeski Candido
Cecília Fernandes Rodrigues
Cinara de Quadros Machado
Cláudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo
Dagoberto José Steinmeyer Lima
Daniel de Medina Bastos
Daniel Mourad Majzoub
Daniela Lopes Guimarães Silva Coutinho
Danielle Mazzola Leite
Danilo Amaral de Oliveira
Darwin E. A. Nogueira Lima
Denis Uehara
Denise Ortega Baere
Diego Zancan Bonomo
Diogo Jodar
Disraeli Galvão Guimarães
Eduardo de Lima Rodrigues
Eduardo Leal Macedo
Eduardo Machado Dias
Egon Luis Schaden Júnior
Elisabete Sefrin dos Santos
Ellen de Fátima Sampaio
Enio Zampieri
Ernesto Fagundes Beccon
Fabiano da Silva Pereira
Fabrício Pancotto
Felipe de Assis Cardoso
Felipe Onei Oppelt
Felipe Pistoia Dutra
Felipe Santos Sampaio
Fernanda Borges Oliveira
Fernanda Ferreira Matos
Fernanda Pimentel Moreira Fernandes Reis
Fernando Figueiredo de Abranches Filho
Fernando Thompson Viegas Filho
Filipe Montenegro Oliveira
Filippo Scelza
Flávio Moura Fé Lima
Florentino Júnio Araújo Leônidas
Francine Junqueira
Gabriel Valério Germano Dias

Gabriela Santos de Santana
Gabrielly Leticya Lopes dos Santos
Genildo Adenaldo Nogueira
Getulio Humberto Barbosa de Sá
Giovana Pohl Scarton Coutinho
Giovanni Gabas Coelho
Guilherme Farhat Ferraz
Guilherme Ferreira Martins
Guilherme Henriques de Araújo
Guilherme Loureiro Perocco
Gustavo Bernard
Gustavo de Assis Carneiro
Gustavo Rosolen Tessari
Hélio Marcos Prates Doyle
Helton Rocha Posseti
Henrique Pellini
Humberto Eustaquio Martins Filho
Igo Franklin de Moraes
Ildeumar Fonseca
Ingrid Sampaio
Irlon Junior
Israel Alvares Lima
Ivanilda Frazão Tolentino
Janderson Evans Gonçalves Neves
Jaques Antônio Rio Checucci
Jean Kaio da Silva Pereira
Jeferson Ribeiro
Jessica Srour
Jesusaldo Conceição da Silva
João Augusto Aquino de Araújo
João Botelho
Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Joaquim Nogaes Vasconcelos
José Eduardo Dias de Camargo
Jose Pedro Fernandes
José Ricardo Marques
Josimar dos Passos Nascimento
Juliana Gomes Bezerra
Juliana Nicola Kilian
Juliana Silva Amorim
Juliana Vansan
Juliano Miguel Braga Griebeler
Júlio César Pinguelli Jacomo
Karla Karoliny Campos Gomes
Kátiane Fátima de Gouvea
Katya Desessards
Kelly Cristina Fiel Saldanha da Gama
Leandro Mello Frota
Leobino Barroso De Araújo
Leonardo Barreto
Leonardo Loiola Cavalcanti
Leonardo Manoel da Silva Falcão Junior
Leonardo Nogueira de Moraes
Letícia Rezende
Ligia Cristina Pimentel
Luana Magalhães Polónia
Luana Magalhães Polónia
Lucas Carezzato Ayres
Lucas Martins Rieke
Lucas Rodrigues Fernandes da Silva
Lucas Toschi Garofano
Lucas Vicente Cardoso de Souza
Luciana Ehrhardt Campos
Luciana Maselli Furquim de Almeida
Luciana Nicola Schneider
Luciana Nunes Freire
Lucien Bernard Mulder Belmonte
Luís Fernando Guaraná Menezes
Luís Henrique Macedo Cidade
Luísa Vasconcelos Araújo
Luiz Antônio Faria de Sousa
Luiz Cesar Barbosa Lopes
Luiz Felipe Nascimento
Luiz Felipe Schmidt
Luiz Fernando do Amaral Gurgel
Luiz Fernando Nunes Ferreira
Luiz Geraldo De Almeida Mello
Luiz Roberto Antonik
Maise Barbosa de Moraes
Marcel Daltro
Marcelo Alcântara Júnior
Marcelo Goulart Correia
Marcelo Sena Barreto
Marcelo Weyland Barbosa Vieira
Marcia Alves Severino Cavalcanti
Marcia Fernandes Carvalho
Márcio Chalegre Coimbra
Marcio Guiss Rausis
Marcio Machado Valêncio

Marcene Costa Souza
Marcos Antônio Lins da Costa Cintra
Marcus Vinicius Almeida Silveira
Maria Beatriz Palatinus Milliet
Maria Clara Drummond Barbosa Castro
Maria Claudia Souza
Maria do Socorro Lima Castello Branco
Maria Helena Piquet Carneiro
Mariana Lima do Vale De Oliveira
Mariângela Mattia Moreira
Mariângela Mello
Marina Bertucci
Mário Jorge Alencastro
Mário Sérgio A. da Fonseca
Mário Sérgio Pinto
Matheus Nogueira De Almeida Borém
Maurício Nalin dos Santos Ferro
Mauro Apor
Murillo Passarinho
Murilo Caetano Miranda
Nádia Ali El Hage
Natália Da Silva Rios Dos Reis
Nelber Macedo de Carvalho
Nelcina Conceição de Oliveira Tropicardi
Olivia Maria Carvalho Pinheiro
Oswaldo Leandro Gabiati
Oswaldo De Carvalho Barbosa Ramos
Otávio Rodrigo Teixeira Soares
Paulo Alves Rochel Filho
Paulo Cesar Chaves
Paulo Henrique de Oliveira
Paulo Henrique Rangel Teixeira
Paulo Manoel Lenz Cesar Protasio
Paulo Maurício Teixeira da Costa
Pedro Augusto Ferreira França
Pedro Augusto Rodrigues
Pedro Henrique Vilela Magalhães Mesquita
Pedro Ivo Santana Borges de Lima
Pétula Ponciano Nascimento
Rafael Caetano Oliveira e Silva
Rafael Castelo De Carvalho
Rafael Emery Gripp Pascoal
Rafael Luiz de Moura
Rafael Medeiros Da Silva
Rafael Osorio Ribeiro
Rafael Ponzi Ribeiro
Rafael Viveiros
Raphael Amaral
Raphael Caldas
Raquel Rocha
Rebeca de Souza Leão Albuquerque
Reinaldo Fujimoto
Ricardo Gazolla
Ricardo Riei Chinen
Ricardo Tomaz De Oliveira
Roberta Carolina Caldas Terra Rios Bosco Soares
Roberto Badra Sallum
Rodrigo Maciel Santiago Freitas
Rodrigo Otaviano Vilaça
Rômulo Reis do Nascimento
Ruy Coutinho
Ruy do Ceará Filho
Samuel Juscelino Vilaça
Sérgio Augusto Cavalheiro Ferreira
Sérgio Luiz Alves Carvalho
Soraya Moreira Araújo
Suelma Rosa dos Santos
Suzana Abreu Carvalho
Tainah Nascimento Mello
Tarsys Henrique Gama dos Santos
Tereza Azevedo
Thais Marçal Rodrigues Matias
Thereza Giannetti Nelson De Senna Mury
Thiago de Moraes Ferrari
Thiago Henrique Martins
Thiago Leão Pinheiro
Thiago Silva de Carvalho
Thiago Turbay Freiria
Vander Aloisio Giordano
Victor Alexandre Bittencourt Supupira
Victor Hugo de Oliveira Brandão
Vinicius Renner Silva Ximenes
Walter Bittar
Walter José da Silva
Walter Luiz De Oliveira Filippetti
Wany Liete Pasquarelli
Weber de Oliveira Mesquita
William Freire
Willian Paulino

ASSOCIADOS



CliqueRetire



PINHEIRONETO
ADVOGADOS



FLAG
public affairs



ADIAL
BRASIL



JeffreyGroup



ENTIDADES, EMPRESAS, CONSULTORIAS ASSOCIADAS E PARCEIROS



Abrig

Associação Brasileira de
Relações Institucionais
e Governamentais



DIÁLOGO, ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

PARCEIROS



SOMOS MUITOS
PARCEIROS
VENHA FAZER PARTE DA ABRIG

 www.abrig.org.br

 (61) 3327-0731 (61) 99690-2919

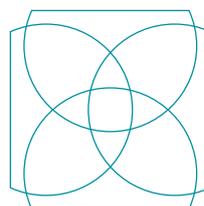
 contato@abrig.org.br



NO CAMINHO DA AUTORREGULAMENTAÇÃO

EM PARALELO AO DEBATE NO CONGRESSO NACIONAL, ABRIG E ABNT FECHAM ACORDO PARA CRIAR NORMA TÉCNICA PARA PADRONIZAR A RELAÇÃO PÚBLICO E PRIVADO

ADRIANA VASCONCELOS ¹



Um acordo de cooperação entre a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), assinado em agosto, é mais um importante passo para a formalização da atividade de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) no Brasil. Enquanto o Congresso Nacional não regulamenta o diálogo

entre o público e o privado, esse será mais um caminho para dar transparência e segurança ao mercado de RIG e às autoridades.

Um grupo de trabalho com representantes da Abrig e ABNT iniciarão de imediato discussões para definir a norma técnica que padronizará a atuação dos profissionais do setor junto ao poder público. Normalmente, esse trabalho leva de um a dois anos, mas o presidente da ABNT, Mario William Esper, acredita que poderá ser concluído até o fim deste ano, em razão do material disponível no mundo e do avanço do debate no país.

“Vamos acelerar e já no próximo mês deveremos ter uma proposta pronta para ser submetida à participação da sociedade, de forma que a norma esteja disponível no início do próximo ano”, explicou ele.

Criada em setembro de 1940, a ABNT é membro fundadora da Organização Internacional de Normalização (ISO), da Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas (Copant) e da Associação Mercosul de Normalização (AMN). Atuando em sintonia com governos e sociedade, a entidade contribui com políticas públicas, defende consumidores e promove o desenvolvimento de mercados e a segurança dos cidadãos.





RUMOS NO CONGRESSO

O debate sobre a regulamentação já se arrasta no Congresso há mais de 30 anos. O primeiro projeto, apresentado em 1989 pelo então senador Marco Maciel, não prosperou. Mas o autor continuou sendo fonte de inspiração, inclusive para a Abrig, que criou prêmio com o seu nome para reconhecer entidades e profissionais cujas práticas de RIG se destacaram.

A proposta que foi mais longe é o PL 1.202/2007, do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), partindo da experiência dos Estados Unidos, que naquele ano atualizou a lei federal no rumo de mais burocratização. Em 2015, novo projeto foi apresentado pelos então deputados Rogério Rosso (PSD-DF) e Ricardo Izar (PP-SP), que acabou anexado ao de Zarattini. Apenas em 2016 é que a matéria voltou efetivamente a andar.

A Abrig, por sua vez, passou a discutir a regulamentação por meio de seminários e encontros, envolvendo profissionais da área e subsidiando o debate. A partir de pesquisa realizada ao longo de 2016 pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), revelando que 76% dos associados da entidade desejavam algum tipo de regulamentação, a entidade assumiu a dianteira das articulações em favor da aprovação de uma proposta.

Durante a assembleia geral da Abrig, em 7 de novembro de 2017, o tema foi discutido e, por unanimidade, se decidiu apoiar substitutivo apresentado pela então deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), fruto de

inúmeras audiências públicas e inspirado em experiências internacionais. O texto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados em 7 de dezembro de 2016. Desde o fim de 2017, a proposta encontra-se em regime de urgência, pronta para ser votada no plenário.

O novo relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), tem sinalizado disposição de levar adiante o debate sobre a regulamentação das RIG, embora a pauta prioritária do Legislativo esteja hoje voltada para reformas estruturantes da economia, como a previdenciária e a tributária.

DESMITIFICAÇÃO

A Abrig entende que, além de ser representativa, a democracia moderna requer participação da sociedade na tomada de decisões do poder público, essencial ao bom funcionamento de qualquer regime democrático. Daí o empenho da entidade para desmistificar as relações institucionais e governamentais.

A principal vitória veio em fevereiro de 2018, quando o então Ministério do Trabalho reconheceu oficialmente a atividade, a incluindo na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) com 91 competências. A medida garantiu expansão significativa ao mercado. Trata-se de notícia alvissareira num país cuja economia segue patinando e que soma 12 milhões desempregados.



ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA ABRIG, GUILHERME CUNHA COSTA

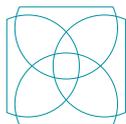
O presidente da Abrig detalha a seguir o processo e as perspectivas de uma autorregulamentação da atividade de RIG no país.

O que representa a cooperação entre Abrig e ABNT?

GUILHERME CUNHA COSTA - A Abrig e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) desenvolverão um trabalho para que as relações institucionais e governamentais (RIG) possam se transformar numa norma técnica. Isso trará mais segurança à atividade enquanto aguardamos aprovação no Congresso de uma lei sobre o tema. Teremos valores e conceitos concretos de como o diálogo ético e transparente entre o público e o privado deve ser exercido. A parceria é a entrega de política pública inovadora, onde também daremos exemplo concreto daquilo que defendemos, que é um Estado com menos burocracia. São instituições privadas, de muita credibilidade, dando resposta a um anseio da sociedade.

Quando essa autorregulamentação ficará pronta?

GUILHERME CUNHA COSTA - Solicitamos formalmente à ABNT que monte um grupo de trabalho e os especialistas já foram designados. A Abrig será representada pelo vice-presidente e coordenador do comitê de regulamentação, Luiz Henrique Bezerra, e a ABNT pelo seu próprio presidente, Mario Willian Asper.



¹ **Adriana Vasconcelos** é jornalista e consultora de Comunicação. Graduada pela UnB, atuou como repórter política no Correio Braziliense, Gazeta Mercantil e Globo. Em 2012, abriu sua própria empresa de assessoria e consultoria, a AV Comunicação Multimídia.

“Autorregulamentação das relações institucionais e governamentais é política pública pública inovadora e pode servir de modelo para outros setores”

Teremos uma série de atividades e esperamos apresentar a norma em 5 de dezembro, durante a Conferência Internacional + RIG + Políticas Públicas de Qualidade, em Brasília. Vamos fazer todos esforços possíveis para que a norma esteja pronta até lá.

O PL 1202/2007, que propõe a regulamentação da atividade de RIG, será usado como base por esse grupo de trabalho?

GUILHERME CUNHA COSTA - O projeto já foi muito debatido no Congresso Nacional e, por isso, é, sem dúvida, um excelente ponto de partida. A ABNT certamente vai sugerir avanços ao avaliar experiências de outros países. Temos tudo para o Brasil se tornar nova referência na regulamentação e formalização do lobby.

Qual será o impacto da norma técnica na vida dos profissionais que já atuam no mercado de RIG?

GUILHERME CUNHA COSTA - A norma será mais um norte para esse mercado em formalização e expansão, que sofre de desinformação e preconceito. Será muito importante tanto para os que exercem a atividade quanto para instituições que contratam esse serviço. A norma, embora não seja obrigatória, atrairá profissionais e empresas comprometidas com compliance e valores fundamentais para o desempenho da nossa atividade.

A Abrig exigirá adesão à essa autorregulamentação?

GUILHERME CUNHA COSTA - Faremos debate interno para definir como deverão se portar os associados em relação à norma. Já temos nosso sistema de compliance. Todo novo associado tem, necessariamente, que ser aprovado no comitê de admissão, aderir ao Código de Conduta e se submeter às decisões do conselho de ética. A Abrig está pronta para dar respostas à atuação profissional de seus associados e contribuir com o avanço institucional do país. ✕



57%

DOS CIGARROS*
CONSUMIDOS NO
BRASIL ESTÃO
FORA DA LEI.

Com isso, o país vai perder, somente em 2019, mais de R\$ 12 bilhões em impostos, dinheiro que vai parar nas mãos do crime organizado.

Precisamos mudar essa realidade.

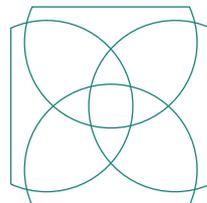
INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL

ETCO

* Fonte: Ibope Inteligência.

ENTREVISTA: ANA AMÉLIA LEMOS

REGULAMENTAR O LOBBY É COMBATER A CORRUPÇÃO



Para ex-senadora e membro do Conselho Superior da Abrig, a transparência fortalece a defesa legítima de interesses de todos segmentos da sociedade

A ex-senadora e atual secretária de estado de relações federativas do Rio Grande do Sul, Ana Amélia Lemos, sempre defendeu a regulamentação do lobby no país como forma de coibir ilícitos que se confundem com essa atividade legítima. Recém-integrada ao Conselho Superior da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), ela avalia o ambiente político atual como propício para a aprovação de um projeto de lei na direção da formalização, “tanto no Parlamento quanto no Planalto”.

Nesta entrevista a RIG + POLÍTICAS PÚBLICAS, a gaúcha de Lagoa Vermelha ressalta que aprendeu mais nos oito anos de Congresso Nacional que nas quatro décadas de jornalista, justamente graças às interações com diversos atores sociais e políticos. Leia os principais trechos a seguir.

Qual é o conceito da senhora para relações institucionais e governamentais (RIG) e qual é o papel delas na democracia?

ANA AMÉLIA LEMOS – O lobby, como as RIG são ainda conhecidas, mantém as mesmas características de quando o termo foi forjado, no século 19, pelo presidente americano Ulysses Grant, em referência aos lobistas que o abordavam no Hotel Willard, em Washington. Naquela época como hoje, pessoas procuram tomadores de decisões em políticas públicas para tratar de assuntos de

seu interesse legítimo. Isso é algo próprio da democracia. Todos segmentos da sociedade, das escolas, sejam privadas ou públicas, dos empresários da agricultura, da indústria, do comércio, dos serviços, dos profissionais de engenharia, entre outros, vêm e identificam seus lobistas. A prática não pode ser confundida com algo nebuloso, como ocorre hoje, inclusive no Congresso, mas como um exercício da cidadania.

A má reputação das palavras lobby e lobista veio da associação delas com corrupção e tráfico de influência. Como é possível colocar as coisas no seu devido lugar?

ANA AMÉLIA LEMOS – Trata-se de enfrentar um preconceito que precisa ser combatido por lei, pela regulamentação do lobby, que começa a ganhar fôlego no Brasil. Por que não regulamentamos e deixamos às claras o que é lobby, num marco legal com regras objetivas? É preciso dar transparência, mostrar a cara e dizer o que os lobistas de diversos segmentos estão fazendo em nome de seus interesses legítimos. Os que não forem legítimos tenderiam a ficar ainda mais marginalizados por não conquistarem a legitimidade concedida pela própria democracia. Assim é que deve ser, pois é a sombra que proporciona a ilicitude. Quem não deve, não teme. Nos dias atuais, com a exuberância das redes sociais, não há como fugir da responsabilidade de se formalizar aquilo que se faz cotidianamente. A legalização da atividade, que é a defesa dos interesses de cada categoria e corporação, desde membros do Ministério Público e delegados da Polícia Federal até médicos e empresários, precisa ser encarada com naturalidade e como necessidade. Todos os setores da sociedade, de uma maneira ou de outra, levam ao Parlamento e ao governo seus interesses corporativos.

Qual é a sua maior motivação para sair em defesa da regulamentação do lobby?

Como bem resumiu o governador Eduardo Leite (PSDB-RS), precisamos urgentemente radicalizar na ponderação, no equilíbrio, no diálogo e no respeito



ANA AMÉLIA LEMOS – No último dia 9 de novembro, Dia Internacional de Combate à Corrupção, discurséi no Senado em defesa da regulação da atividade de RIG. Da tribuna argumentei que ilícitos na relação entre público e privado são uma doença presente em todos países, mesmo nos de legislação mais rígida e cujos princípios éticos prevalecem no comportamento das grandes empresas e na relação delas com o poder constituído. Em todo o mundo há formação de máfias em governos e a pressão do crime organizado sobre instituições. A solução está na transparência. Numa audiência pública sobre o tema propus incluir a regulamentação do lobby na agenda anticorrupção do país, além de continuar trabalhando à luz da Operação Lava Jato, que foi o grande divisor de águas nesse campo de batalha, reconhecido na melhora do Brasil no ranking dos países corruptos, da Transparência Internacional.

Como avalia a proposta em debate no Congresso para regulamentar a atividade dos RIG?

ANA AMÉLIA LEMOS – O ambiente político atual é propício para a aprovação do projeto de lei na direção da formalização, tanto no Parlamento quanto no Planalto. A luta iniciada pelo então senador Marco Maciel parece estar chegando ao seu desfecho, três décadas depois. O ideal é que a proposta seja aprovada dentro do espírito de

formalizar sem criar barreiras burocráticas, sem rigores excessivos que acabem por inviabilizar a atividade. A questão central está na identificação do lobista, dentro do princípio de que a transparência é o melhor remédio para malfeitos.

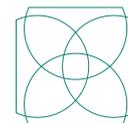
A senhora é jornalista e política e hoje desempenha uma função de RIG. Como essas trajetórias se combinam?

ANA AMÉLIA LEMOS – Tenho dito que aprendi mais nos oito anos de Congresso do que em quatro décadas de jornalista, justamente graças às interações com diversos atores sociais e políticos. No Senado, sempre recebi todo mundo, desde grupos econômicos a movimentos sociais, tudo dentro da maior transparência. Essa igualdade de tratamento tende de valer para todos que procuram o poder. Como profissional de RIG temos de nos pautar pela publicidade dos atos, tal qual preconiza a Constituição.

No Parlamento, tivemos um período dramático, na qual fomos também juízes nos casos de afastamento de senadores e da presidente Dilma, além de mudar e fazer leis em favor da população. Na recém-criada secretaria de governo do Rio Grande do Sul, instalada no escritório de representação em Brasília, tenho a responsabilidade de articular com o Planalto, Congresso, Judiciário federal e agentes internacionais as demandas do Estado, desde



“A legalização da legítima defesa dos interesses de cada categoria e corporação da sociedade, precisa ser encarada com naturalidade e como necessidade”



conhecidas, como renegociação da dívida, Lei Kandir e inclusão do estado na Reforma da Previdência, até outras de setores específicos. Como bem resumiu o governador Eduardo Leite (PSDB-RS), precisamos urgentemente radicalizar na ponderação, no equilíbrio, no diálogo e no respeito. Não há outro caminho senão buscar entendimento, conversando com a oposição com altivez e respeito.

Um bom exemplo das articulações de interesse do Rio Grande do Sul é o lobby do fumo, não?

ANA AMÉLIA LEMOS – Sim. Precisamos fazer aí um debate translúcido, sustentado por dados. Embora eu não

seja fumante, entendo o peso relevante que produção de fumo tem no meu estado. Em municípios gaúchos como Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Candelária, a economia gira em torno do tabaco. O seu peso chega a 70% do ICMS arrecadado pelas cidades produtoras, com cultura baseada em minifúndios onde trabalham dezenas de milhares de famílias. Santa Cruz do Sul, uma agradável cidade de 120 mil habitantes na região central do estado, é a capital brasileira do fumo. Os plantadores de lá, na maioria em terrenos de até 20 hectares, enfrentam as campanhas antitabagista e o contrabando dos cigarros. ✖

SAIBA MAIS

Formada em Comunicação Social pela PUC-RS, Ana Amélia Lemos ingressou na política após quase 40 anos no jornalismo, a maior parte em Brasília, no Grupo RBS. Nas eleições de 2010, conquistou pelo Progressistas uma cadeira no Senado, onde presidiu a Comissão da Agricultura. Foi escolhida a melhor senadora de 2017 pelo Prêmio Congresso em Foco e considerada em 2017 e 2018 a mais destacada dentre todos parlamentares federais pelo Ranking dos Políticos. Aprovou no Parlamento brasileiro cinco leis e uma emenda constitucional de sua autoria. Na eleição passada, disputou a vice-presidência da República na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB). É membro do Conselho Superior da Abri

O que

@você está

buscando?

Só na internet são mais
de 4 bilhões de buscas
todos os dias.



Isso significa que você está
sempre em movimento,
mudando o tempo todo.

E nós estamos sempre procurando
uma forma de ajudar você
a realizar todas as suas buscas.

Porque é isso que
a gente faz diariamente:
coloca você no centro de tudo.

Essa é a nossa busca.
E ela só existe
porque você existe.

O que @você está buscando?



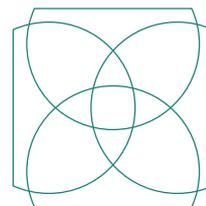
Itaú

REGULAMENTAÇÃO

LOBBY NÃO É PECADO, MAS...

OPERADORES DE PROPINA E INTERMEDIÁRIOS DA CORRUPÇÃO ENCONTRARAM NA DENOMINAÇÃO UMA FORMA DE ENCOBRIR SUAS ATITUDES CRIMINOSAS

JACK CORRÊA ¹



O ser humano passa uma vida sobre a Terra defendendo a todo minuto os seus interesses. Independe a cor, a classe social, o conhecimento e a profissão. O exercício de lutar por interesses, benefícios, atenção e pela própria sobrevivência exige que o homem, de maneira solitária ou grupal, se organize e reivindique o que acredita ser seu.

O choro ao nascer pode ser rotulado como primeiro pleito na vida: “Oi pessoal, me devolve aquele meu ambiente quentinho, tranquilo e seguro onde eu estava!”, sem desconfiar de nada do que o espera no futuro.

A vida não é uma estrada simples de trilhar. A escassez, no sentido macro, nos ensina que é preciso lutar e defender nosso interesse em qualquer área de atuação. Qualquer que seja o modelo político, desde cedo entendemos que as oportunidades são mais facilmente atingidas se correremos atrás delas.

A atitude de buscar um direito ou defender um interesse ao longo do tempo se tornou prática profissional, moldou procedimentos e ensinou caminhos e atalhos dentro da mais correta lisura, uma vez que a lição ao longo dos tempos deixou patente que os recursos são escassos.

Na pátria de liberdade e da democracia, os Estados Unidos, o corpo a corpo na busca dos interesses foi rotulado de lobby, e a palavra se consagrou e rodou o mundo. O lobby nunca foi e não é pecado, mas... debaixo do guarda-chuva da defesa de interesses, práticas pouco ortodoxas foram patrocinadas e macularam de morte a expressão quando se fala de ética e compromisso com a legalidade e a verdade.

No Brasil, a profissão cresceu e ganhou corpo a ponto de ter sido reconhecida no fim do ano passado pelo Ministério do Trabalho e reconhecida no Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO) como relações institucionais e governamentais (RIG).

Ao mesmo tempo, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 1.202, de 2007, que aguarda aprovação do plenário, dispõe sobre a regulamentação do lobby para que os profissionais possam fazer seu trabalho sob a luz dos holofotes da identidade e do conhecimento geral dos interesses defendidos.

Como não podia ser diferente, os profissionais de lobby legítimos se agregaram e criaram, há uma década, a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), que saiu de 60 associados no início da atividade e ultrapassa hoje a casa dos 700 membros em todo o país, demonstrando a força e a união dos profissionais que erguem a bandeira da legalidade e da ética na defesa de interesses legítimos e na transparência de suas ações.

A grande verdade é que todo mundo pratica o lobby na defesa de suas causas. O governo federal mantém estruturas próprias dentro do Legislativo para lhe defender os projetos. Essa é a maior das justificativas para que a casa parlamentar se abra ao diálogo da transparência.

A convivência diária de profissionais de relações governamentais com as lides do Congresso e em gabinetes no Executivo fazem desses defensores de interesses conhecedores de práticas e atalhos que um cidadão comum levaria anos para aprender e dominar. Daí o seu valor.



Nada diferente de um grande médico ou de um cientista famoso: a competência e o conhecimento fazem o valor do profissional e o diferenciam na área de especialização.

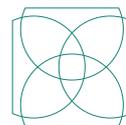
Empresas e entidades devidamente amparadas por profissionais especializados na luta pelos pleitos governamentais têm reais dificuldades de fazer valer os interesses. O que dirá o cidadão ou homem de negócios que percorre a capital sem conhecer os caminhos do poder?

Há algum tempo, os fatos ligados à corrupção e práticas pouco ortodoxas da política em geral demonstraram

que lutar por uma causa nada tem a ver com os operadores de propina e intermediários da corrupção que sempre acharam na palavra lobby uma denominação mais suave para as atitudes criminosas.

Lobby não é pecado, mas muitos pecadores tentaram fazer dele instrumento para deixar na sombra confissões pouco republicanas não assumidas de público e de pesadas penitências.

(Artigo publicado originalmente no Correio Braziliense, em 12 de junho de 2019). ✖



¹ Jack Corrêa é advogado, relações públicas e 1º vice-presidente da Abrig.

REGULAMENTAÇÃO

DO SAGUÃO DO HOTEL A PILAR DA DEMOCRACIA

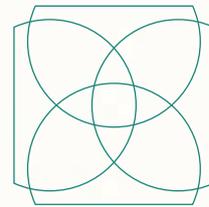
A PALAVRA LOBBY FOI MACULADA POR SEGUIDAS E INDEVIDAS ASSOCIAÇÕES A ILÍCITOS. MAS SEUS PROTAGONISTAS, AGORA RIGS, SEGUEM ADIANTE EM SUA NOBRE MISSÃO

SÍLVIO RIBAS ¹

O escritor britânico Oscar Wilde encerra seu poema Dois Amores (Two Loves), de 1894, com uma frase entendida agora como protesto velado contra a criminalização da homossexualidade: “sou o amor que não ousa dizer seu nome”. Incompreensões daquela época marginalizaram cidadãos só reabilitados postumamente. Mas até hoje conexões pejorativas e senso vulgar jogam contra pessoas e atividades. Vejamos o caso clássico do lobby.

Há pelo menos 150 anos, quando o termo surgiu para designar a defesa explícita de interesses da sociedade perante o tomador de decisões em políticas públicas, os lobistas lutam diariamente não só para levar adiante a sua nobre função, considerada essencial à democracia. Eles sempre tiveram também de encarnar a incansável missão de desmistificar dogmas em torno de uma profissão maculada por sistemáticas e indevidas generalizações.

Associações a ilícitos – como corrupção e tráfico de influência – maquinadas sobretudo na imprensa, tornaram lobby palavra maldita, ao ponto de ser evitada pelo próprio lobista ao designar a sua atividade. No lugar, outras denominações identificam os profissionais que exercem influência direta ou indireta para representar interesses de alguém junto a órgãos públicos: relações institucionais, relações governamentais (relgov) e advocacy.



A origem do termo lobby na acepção tratada no presente artigo é creditada ao presidente Ulysses Grant, que governou os Estados Unidos de 1864 a 1869. Ele costumava apreciar conhaque e charutos após o expediente no lobby do hotel Willard, em Washington, quando era abordado por pessoas que fazia pedidos e tentava influenciá-lo sobre certos assuntos. Grant apelidou esse grande e heterogêneo grupo de “lobistas do hotel Willard”.

A professora Ana Lúcia Romero Novelli, especialista em comunicação e RIG, lembra que, embora compreendido em muitos países democráticos como “ato proposital de influenciar a tomada de decisão pública”, o lobby virou sinônimo de descaso com o dinheiro público e, nesse contexto, “pareceu ser melhor fingir que ele não existe”. A maior prova disso até agora é, justamente, a dificuldade de o Congresso Nacional regular a atividade.

O pesado estigma impingido ao lobby ao longo do tempo é mesmo de difícil superação, embora tenha se avançado na qualificação com múltiplas competências e na consolidação de novos e abrangentes conceitos. Esse esforço, aliado à regulamentação, ajuda tanto para dar transparência à atividade quanto permitir melhor





fiscalização de agentes e pautas, além de aprimorar o entendimento da relação do sistema político com seus atores.

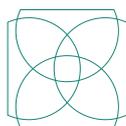
O advogado Rafael Favetti, um dos palestrantes mais requisitado para falar do tema RIG, entende que as muitas prisões de autodenominados lobistas em grandes operações contra corrupção nos últimos anos consolidou a má fama do lobby. “Pega mal a gente se apresentar nesses termos. Numa festa natalina de família, uma tia minha me perguntou com o que eu trabalhava. Tive a infelicidade de responder lobby. Fiquei sem presente”, brinca.

Ele avalia, contudo, que a atividade está ganhando reconhecimento formal e acadêmico, inclusive com descrição ampla, precisa e atualizada presente, desde fevereiro de 2018, na Classificação Brasileira de

Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho. “Em todo o mundo o lobby é basicamente parlamentar mas no Brasil ele também é governamental. Essa é outra razão pela qual o profissional aqui não quer mais ser chamado de lobista”, explica.

A professora Andréa Cristina Oliveira Gozetto, coordenadora do MBA em Relações Governamentais da Fundação Getulio Vargas (FGV), acha que o estigma de marginalidade do lobby só será vencido separando de vez o joio do trigo e com absoluta naturalização do diálogo entre todos os segmentos da sociedade com os agentes dos poderes.

Os RIGs não aceitam mais ser associados a casos com punição prevista pelo Código Penal nem a criminalização preconceituosa do lobby. Cada vez mais qualificados e reconhecidos, eles ousam dizer o nome de sua atividade. ✖



RIG + Políticas Públicas

¹ **Sílvio Ribas** é jornalista graduado pela PUC Minas com atuação em veículos como Gazeta Mercantil, Estado de Minas e Correio Braziliense, nas funções de repórter, editor e chefe de reportagem. Em sua carreira ganhou 11 prêmios e realizou coberturas nos EUA, Noruega, França (G20), Omã e China. Também foi assessor da Companhia de Concessões Rodoviárias, da Executiva Nacional do PSDB e dos senadores Ricardo Ferraço e Lasier Martins. É pós-graduado em Relações Institucionais pelo Ibmecc-DF.



MESTRADO PROFISSIONAL INTERNACIONAL EM RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS.

Universidade Angers e Certificado Internacional
pela Universidade de Paris (+ B Chair)

O programa tem como objetivo desenvolver os conhecimentos e habilidades de negócios a partir do contato com culturas e modelos de negócios diferentes, além de habilidades de gerenciamento de projetos em uma universidade europeia definida para um público internacional.

O Mestrado está em sintonia com as práticas e necessidades dos negócios de hoje. Por isso, o enfoque será em oferecer um conhecimento avançado, que possa ser colocado em prática em qualquer lugar. Afinal, vivemos em um ambiente dinâmico e global.

Por esta razão, o Mestrado estimula a capacidade de todos em participar de discussões de alto nível e projetos de grupo, além de criar um impacto em todos que desejam ser inspirados em se tornar um excelente profissional. O ambiente multicultural dinâmico, combinado com a alta qualidade de ensino, possibilita um aprendizado mais avançado e uma experiência verdadeiramente única.

MÓDULOS ESPECIAIS EM RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS:

Institutional and Government Relations in International Environment.

Public Policies in the European Union and Institutional and Government Relation.

Project Management in Institutional and Government Relation.

Complex Negotiation.

Ethics and Compliance – Implementing Integrity and Governance Programs.

Policy Scenario Analysis – Tools and Practices of Policy Assessment and International.

Início das aulas: 2ª quinzena de Novembro de 2019

Serão realizados 15 módulos no Brasil + 3 semanas de imersão na Europa

www.instituto-internacional.org



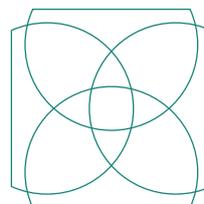
O FUTURO DE RIG

UNIVERSITÁRIOS DO PROJETO POLITEIA SIMULAM O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE LEIS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

JORDANNA LOURENÇO RAMOS AGUIAR ¹

O projeto de lei que regulamenta o lobby no Brasil perdura nas pautas do Congresso Nacional há décadas sem que se conclua a sua votação, apesar do esforço de tantas figuras ilustres para garantir que isso acontecesse. Sendo revisado, reeditado, debatido e modificado tantas vezes desde sua primeira apresentação, finalmente parece que estamos prestes a encontrar o apoio necessário tanto por parte do governo, quanto por parte da própria sociedade civil, que pôde se inteirar mais acerca da importância e necessidade de regulamentação da atividade após esta ser incluída na Classificação Brasileira de Ocupações do Governo Federal e passar a ter uma compreensão da mídia mais esclarecida nos últimos anos.

Surpreendentemente, enquanto estes avanços começaram a se manifestar na esfera pública, coube aos estudantes universitários que participaram da última edição do Projeto Politeia dar mais uma sinalização: a aprovação de um projeto fictício de regulamentação da atividade, com direito à obstrução, discussão por mais de 2 horas de sessão e vitória por 96 votos favoráveis, de um total de

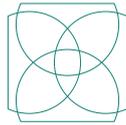


150. A autora da proposta, a estudante de Ciência Política Amanda Fortaleza, compartilhou com os demais alunos que sente falta dessa regulamentação, principalmente por ser ela uma pessoa que tem vontade de atuar na área. Apontou, ainda, ver o preconceito que esta falta da chancela do governo causa contra os profissionais.

Durante a discussão do projeto no plenário do Politeia, a Abrig enviou o coordenador do Comitê de Regulamentação da entidade, o sr. Luiz Henrique Bezerra, para compartilhar com sua experiência e vivenciar a atividade desenvolvida pelos alunos, resultando numa troca de conhecimento muito interessante para todos.

O Projeto Politeia é um projeto de simulação do processo legislativo federal da Câmara dos Deputados em parceria com a Universidade de Brasília, iniciativa do Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB) que, em parceria com seus alunos, sentiram a necessidade de levar para fora do ambiente estritamente acadêmico a vivência da política.

Começando em junho de 2003, na própria Universidade de Brasília, o projeto nasceu com participação de apenas 20 estudantes divididos em 8 partidos políticos para debater projetos de lei dentro de uma única comissão: Comissão de Assuntos Sociais. Com o sucesso daquele ano, a partir de 2004 o projeto começou a engatinhar e ganhar estrutura com abertura de um maior número de vagas, de comissões e de pessoas atuando como assessores legislativos assistindo aos simulantes no aprendizado dos processos políticos do parlamento. Com a procura ainda maior em 2005, o Politeia começou a se solidificar, conseguindo, depois de 4 anos e com a ajuda de consultores da Secretaria Geral da Mesa da Câmara dos Deputados e



da Coordenação do IPOL que o espaço que dava sentido àquilo tudo fosse ocupado: o Congresso Nacional. Então, desde 2008 o Politeia tem ocupado as comissões e os plenários Ulysses Guimarães e Nereu Ramos durante o recesso parlamentar de julho. Importante também frisar que para a realização das atividades da simulação há um regimento interno próprio, verossímil o quanto tanto possível ao original da Câmara dos Deputados.

Apesar de muitos parlamentares e a própria sociedade civil ainda desconhecem essa iniciativa, durante as suas 14 edições já passaram pelo Politeia diversos projetos de lei de grande relevância para a sociedade brasileira – alguns deles, inclusive, serviram de inspiração para projetos de lei apresentados pelos parlamentares.

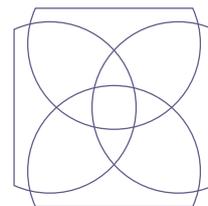
Voltando ao nosso projeto de regulamentação da atividade de RIG no Politeia, a sua aprovação mostra algo muito importante àqueles que estão há mais tempo dentro da área e que hoje possuem mais contato direto com os novos integrantes da atividade: nós jovens, universitários, recém-ingressos ou interessados na atividade, nos importamos com o tema, gostamos de debate-lo e estamos dispostos a atuar na linha de frente, com os argumentos e estratégias necessários para quando o assunto vier à tona, a qualquer momento. ✕



¹ **Jordanna Lourenço**, 23 anos, cientista política com ênfase em processo legislativo. Já atuou nas assessorias parlamentares do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Meio Ambiente; atualmente compõe o quadro da Concordia Public Affaris Strategies. É membro do Comitê Jovem RIG da Abrig.

PRÊMIO MARCO MACIEL

AS MELHORES PRÁTICAS DE RIG



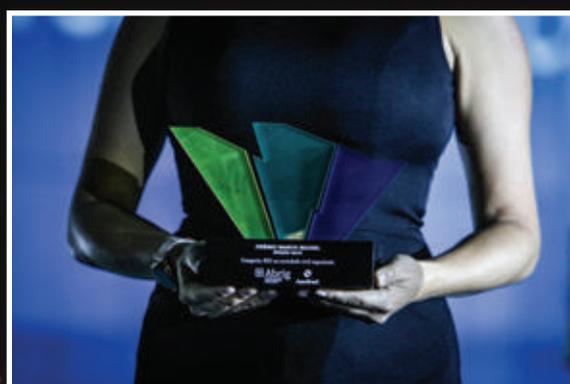
O SEGUNDO ANO DA PREMIAÇÃO OCORREU EM CLIMA DE FESTA, COM APRESENTAÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DOS FUZILEIROS NAVAIS DO RIO E IMPRESSIONANTE SHOW DE LUZES E IMAGENS

ADRIANA VASCONCELOS¹

Um dos cartões postais da capital federal, a Praça dos Três Poderes foi palco mais uma vez do Prêmio Marco Maciel: Ética e Transparência entre o Público e Privado. Na noite de 13 de agosto, o Panteão da Pátria Tancredo Neves serviu de tela para um jogo de imagens e luzes que encantaram os mais 200 convidados que prestigiaram a cerimônia anual que homenageia entidades e profissionais de destaque na defesa das melhores práticas em Relações Institucionais e Governamentais (RIG).

Em 2019, a premiação foi dividida em seis categorias, com os seguintes vencedores: Tribunal de Contas da União – TCU (Organização Pública), Neoenergia (Organização Privada ou Mista), Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim (Sociedade Civil Organizada), Portal Jota (Jornalismo), Fundação Getulio Vargas – FGV (Ensino em RIG) e Confederação Nacional da Indústria – CNI (Atividades Internacionais).

Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, serviu de tela para o espetáculo de imagens e luzes que encantou os mais 200 convidados da cerimônia de premiação





Ivonice Campos, Anna Maria Maciel, Márcio Artiaga com a equipe premiada da Neoenergia na categoria RIG em organizações privadas ou mistas



Vicente Santini, da Casa Civil, e José Múcio, presidente do TCU, na entrega do Prêmio ao TCU, categoria RIG em Organizações Públicas



Senador Rodrigo Pacheco entregando o Prêmio a Marina Mattar, representante da ABIQUIM na categoria RIG na Sociedade Civil Organizada



O dep. Eduardo Bolsonaro, Wilson Almeida, da Apex Brasil, e Eduardo Fayet, da Abrig, entregam o Prêmio, na categoria RIG em Atividades Internacionais, a Carlos Abijoadi e sua equipe, representantes da CNI



Guilherme Cunha Costa, presidente da Abrig; Ana Amélia Lemos; Guilherme Caldeira Pimenta, do Portal Jota premiado na categoria Jornalismo sobre a atividade de RIG; e Associada Abrig, Mariângela Mattia



Rodrigo Navarro, da FGV, recebe o prêmio

Ao criar, em 2017, o Prêmio Marco Maciel, a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) deu mais um passo importante no sentido de desmistificar a atividade de RIG e explicitar que seus profissionais no mercado são os maiores interessados em conferir transparência às suas relações com o poder público.

Daí o simbolismo da cerimônia realizada em praça pública, que teve como mestre de cerimônia a vice-presidente da Abrig, Ivonice Campos, e contou com a presença do presidente do TCU, José Múcio; do secretário-executivo da Casa Civil, José Vicente Santini; do líder do Democratas no Senado, Rodrigo Pacheco (MG); dos deputados federais Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), Ricardo Barros (PP-PR) e João Roma (PRB-BA); da ex-senadora Ana Amélia Lemos (RS), entre outros parlamentares.

Também compareceram o diretor da Souza Cruz, Delcio Sandi; o diretor-geral da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), Hamilton dos Santos; o presidente da Adial, José Alves; o diretor de RIG do Itaú, Leandro Mode; o diretor da Clique e Retire, Gustavo Artuzo; e o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Tonet.

A segunda edição do prêmio também foi abrilhantada pela apresentação da Orquestra Sinfônica dos Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro. Sob uma majestosa lua cheia, com direito a um show de luzes que voltaram a iluminar a bandeira nacional ao lado do Panteão da Pátria, a cerimônia encantou os convidados.

Na abertura da premiação, o presidente da Abrig, Guilherme Cunha Costa, ressaltou o efeito positivo de se apoiar iniciativas como essa para os cidadãos, as instituições e o Brasil: “Seria impensável há até poucos anos imaginar inúmeras autoridades, profissionais e formadores de opinião reunidos em praça pública para premiar o diálogo, a ética e a transparência entre o público e o privado”.

Ao parabenizar os 31 inscritos para concorrer ao Prêmio Marco Maciel, o presidente da Abrig aproveitou para defender uma bandeira antiga da entidade: a regulamentação da atividade de RIG, reconhecida oficialmente em 2018 ao ser incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A expectativa é de o PL 1.202/2007, que trata do tema e se encontra pronto para a votação no plenário da Câmara, seja aprovado até o fim do ano.

“São exatos 30 anos de discussão que, graças ao apoio do presidente [da Câmara] Rodrigo Maia, pode enfim resultar numa lei. O PL é uma excelente ferramenta de validação do diálogo entre sociedade organizada e autoridade pública. Sendo aprovado, seremos referência mundial em regulamentação do lobby, com uma lei inclusiva, desburocratizante e democrática”, observou Costa.

O nome do prêmio é uma homenagem ao primeiro parlamentar a propor, em 1989, a regulamentação da atividade, o ex-senador e ex-vice-presidente da República Marco Maciel. No evento, ele foi representado pelo amigo, advogado, jornalista, professor, ensaísta, poeta e membro da Academia Brasileira de Letras, Marcos Vilaça.

Comovido, Vilaça descreveu o companheiro de faculdade e de trabalho como “homem dedicado, determinado e competente”, de discrição exemplar e habilidade de



Associados Pessoa Jurídica
Clique & Retire, cota diamante



Angela Martins, Clotilde Cunha Costa, Guilherme
Cunha Costa, Natanry Ozório e Bernadeti Alves



Carolina Venuto, Eduardo
Fayet e Hamilton dos Santos



Ana Amélia Lemos, dep. Eduardo
Bolsonaro e Min. TCU, José Múcio



Vander Giordano, Guilherme
Cunha Costa, cmdt. Renato



João Maurício Maciel, Anna
Maria Maciel e Marcos
Vinicius Rodrigues Vilaça



Iniciais do nome da banda em maiúsculo – Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais

articulação política. A esposa do político, Anna Maria Maciel, e os filhos também estiveram presentes.

NOVAS CONQUISTAS

O presidente da Abrig aproveitou a festa para anunciar as últimas conquistas da entidade em benefício dos profissionais de RIG que querem aprimorar a qualificação. São dois cursos inéditos no Brasil: o mestrado em RIG com foco na área comercial e certificado da Universidade de Paris e o primeiro MBA em RIG e Compliance, que será lançado em parceria com a Fadisp, com aulas na American University de Washington.

“Precisamos qualificar nossos profissionais e a Abrig vem novamente fazendo a sua parte, oferecendo cinco frentes de cursos. Os rápidos, de extensão, setoriais, MBAs, além de seminários, conferências, programas e publicações”, salientou Costa.

O secretário-executivo da Casa Civil, José Vicente Santini, entregou o prêmio ao vencedor na categoria RIG em Organização Pública, que teve o patrocínio da Souza Cruz. Ele enalteceu a importância da atuação da Abrig em favor da ética e da transparência nas relações entre público e privado.

Convidado a entregar o prêmio em Instituição de Ensino em RIG, com oferecimento da Adial, o presidente do TCU também parabenizou a Abrig pela iniciativa. José Mucio afirmou que não poderia haver melhor personalidade para representar a ética e a transparência do que Marco Maciel. Dona Anna Maria Maciel subiu ao palco para entregar o prêmio na categoria Organização Privada ou Mista, patrocinada pela Clique e Retire.

Na categoria Sociedade Civil Organizada, patrocinada pelo Itaú, coube ao senador Rodrigo Pacheco entregar



Guilherme Cunha Costa, Ivonice Campos, Dep. Ricardo Barros



Nelson Carvalho, José Alves, Paulo Castelo Branco, Antônio Caputo, Eduardo Fayet



Liceli Bertulucci, Adriana Vasconcelos, Shirley Loiola, Rafael Moura, Guilherme Cunha Costa, Karolína Aspesi, Brenda Veras



Guilherme Costa, Cynthia Cury e Ivan Ervolino





Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-RJ), presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, anuncia o vencedor da categoria RIG em Relações Internacionais

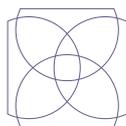
o prêmio. O líder do DEM saudou a Abrig e endossou a homenagem a Marco Maciel: “Seu espírito público e seus valores democráticos, absolutamente, marcam a sua personalidade. Como líder desse partido que ele honrou por anos, gostaria de fazer essa homenagem muito especial e render esse reconhecimento a esse grande homem público. Viva o Marco Maciel! Viva o Brasil!”

A ex-senadora e secretária das Relações Federativas Internacionais do Rio Grande do Sul, Ana Amélia Lemos, entregou o prêmio Jornalismo sobre a Atividade de RIG, oferecimento da Abert. Ela destacou o “grande legado deixado por Marco Maciel”, que deve ser encarado como missão pelos profissionais de RIG.

“Talvez o caráter do Marco [Maciel] se resuma em milhares de qualitativos que temos no dicionário da língua portuguesa, tão vasta, tão bonita. E nessas palavras que também definem nossos valores na atividade de RIG: diálogo, ética e transparência”, finalizou.

A comissão julgadora foi formada por Ana Luiza de Castro Almeida, presidente do Reputation Institute; Caio Magri, presidente do Instituto Ethos; Paulo Nassar, presidente da Aberje; e Ivonice Campos, da Abrig.

A Abrig fez ainda reconhecimento especial ao trabalho dedicado às relações institucionais e governamentais, desenvolvido há mais de 50 anos, pelas instituições Associação Social do Planalto (ASP) e Associação Brasileira De Companhia de Energia Elétrica (ABCE). O segundo e terceiro classificados de cada categoria receberam menção honrosa e inscrição em cursos oferecidos pela Abrig em 2019.



RIG + Políticas Públicas

“Façamos do Prêmio Marco Maciel um marco no diálogo, na ética, na transparência e na união entre o público e o privado na busca de um Brasil ainda muito melhor!”, concluiu Guilherme Costa, da Abrig.

OS FINALISTAS

Confira os melhores colocados nas seis categorias dentre os 31 casos inscritos, que disputaram o Prêmio Marco Maciel

RIG EM ORGANIZAÇÃO PÚBLICA

- Câmara dos Deputados
- Procuradoria-Geral do DF
- Tribunal de Contas da União – TCU (premiado)

RIG EM ORGANIZAÇÃO PRIVADA OU MISTA

- Consult Master
- Dominium
- Grupo Edson Queiroz
- Neoenergia (premiado)

RIG NA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

- Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim (premiado)
- Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas – CNDL
- Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico

JORNALISMO SOBRE A ATIVIDADE DE RIG

- Correio Braziliense
- Portal Jota Info (premiado)
- Sigalei

INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM RIG

- Fundação Getulio Vargas – FGV (premiado)
- Fundação Getulio Vargas – FGV/Livro Trabalhos Acadêmicos Selecionados
- Marista Centro-Norte

RIG EM ATIVIDADES INTERNACIONAIS (Homenagem Mérito RIG Histórico)

- Confederação Nacional da Indústria – CNI. ✕

¹ Adriana Vasconcelos é jornalista e consultora de Comunicação. Graduada pela UnB, atuou como repórter política no Correio Braziliense, Gazeta Mercantil e Globo. Em 2012, abriu sua própria empresa de assessoria e consultoria, a AV Comunicação Multimídia.



MBA

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS E COMPLIANCE

- Relações Institucionais e Governamentais
- Compliance na Esfera Privada
- Compliance na Esfera Pública
- Análise Comparativa com Legislação Norte Americana
- Seminário Internacional na American University Washington College of Law



São Paulo



360 horas
18 meses

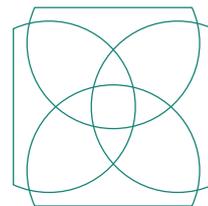
Início: Nov 2019

INSCRIÇÕES ABERTAS

Informações: www.fadisp.com.br - (11) 2395 7500

IMPORTAR É O QUE EXPORTA

EM PARALELO AO ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA, BRASIL INICIA COM O NOVO GOVERNO ESTRATÉGIA ARROJADA DE ABERTURA E INTEGRAÇÃO AO MERCADO GLOBAL



SÍLVIO RIBAS ¹

O acordo Mercosul-União Europeia (UE) – fechado em 28 de junho após 20 anos de negociação – é o mais importante avanço comercial da história do Brasil, alcançando 750 milhões de consumidores e 25% da economia global. Após a confirmação do acordo pelos parlamentos das nações envolvidas, espera-se que, ao longo de 15 anos, as exportações brasileiras incorporem mais US\$ 100 bilhões e induzam US\$ 113 bilhões em investimentos no país.

Para a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, o acordo aprofundará a modernização do campo, além de abrir oportunidade inédita a produtores num mercado gigantesco. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por sua vez, lembra que 68% dos 1.101 produtos brasileiros com condições de exportar para a UE enfrentam hoje tarifas de importação ou cotas a serem removidas ao longo dos próximos anos.

A euforia do setor produtivo com essa notícia não foi, pois, exagerada. Dono de 1,3% do comércio mundial, bem abaixo do potencial, o Brasil ainda tem muito a fazer para se abrir e tornar ator nas trocas internacionais. Mas o fato mais expressivo está numa forte inflexão trazida pelo governo Bolsonaro rumo à abertura do país às correntes comerciais internacionais, envolvendo iniciativas firmes para se remover entraves antigos.

Personagem dessa virada na agenda comercial do país, Carlos Pio, secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), festeja a nova diretriz trazida pelo ministro Paulo Guedes (Economia). “Temos enfim um governo que não discrimina a importação, porque a entende como algo do interesse do varejo, das famílias e do próprio país”, pontua.



Mercosul e União Europeia buscam constituir a maior área de livre comércio do mundo, um mercado de 780 milhões de pessoas





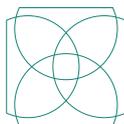
“Abrir mercados gera concorrência e obriga competidores a serem eficientes. Numa economia competitiva, a eficiência geral facilita as exportações”, Carlos Pio, secretário-executivo da Camex

O Brasil, que tem só 23% do seu produto interno bruto (PIB) ancorado no comércio externo, a menor proporção dentre as 15 maiores economias do planeta, está despertando para uma forte alavanca de desenvolvimento: o comércio. Nesse sentido, Pio ganhou atribuição extra no exercício do cargo, a de uma espécie de ombudsman para ajudar estrangeiros interessados em fazer negócios com o Brasil a acessar informações.

Professor de relações internacionais da Universidade de Brasília (UnB) há 20 anos, Pio defende o fim de barreiras tarifárias como forma de o país absorver tecnologias e insumos baratos, tornando as empresas brasileiras globalmente competitivas. “Abrir mercados gera concorrência e obriga competidores a serem eficientes. Numa economia competitiva, a eficiência geral facilita as exportações. Assim, importar é o que exporta”, resume.

ALÍQUOTAS ZERADAS

Essa postura se traduziu em ações. Portarias das Secretarias de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, publicadas em 2 de agosto no Diário Oficial da União, baixaram de 16% para zero a alíquota de importação para 240 máquinas industriais não produzidos no país e para 20 bens de informática e telecomunicações. Além disso, foi renovada a tarifa zero para 21 bens de capital. A medida com horizonte até 2021 visa baratear investimentos em projetos produtivos.



¹ **Sílvio Ribas** é jornalista graduado pela PUC Minas com atuação em veículos como Gazeta Mercantil, Estado de Minas e Correio Braziliense, nas funções de repórter, editor e chefe de reportagem. Em sua carreira ganhou 11 prêmios e realizou coberturas nos EUA, Noruega, França (G20), Omã e China. Também foi assessor da Companhia de Concessões Rodoviárias, da Executiva Nacional do PSDB e dos senadores Ricardo Ferraço e Lasier Martins. É pós-graduado em Relações Institucionais pelo Ibmecc-DF.

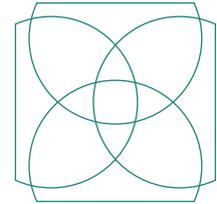
Ao todo, já foi concedida este ano redução temporária da alíquota de importação para 1.189 bens de capital, informática e telecomunicação. Pio ressalta, contudo, que os desafios para superar o protecionismo são muitos. Isso porque, além das barreiras tarifárias elevadas, a maior parte dos setores manufatureiros é resguardada por várias e complexas barreiras não-tarifárias, em patamares bem maiores que a média mundial.

As ações de Pio e do secretário especial de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Marcos Troyjo, estão 100% alinhadas com as diretrizes do titular da pasta, Paulo Guedes. Os três seguem à risca a mensagem de campanha de Bolsonaro de que, em seu governo, o Brasil buscaria “fazer negócios com todos os cantos do mundo sem viés ideológico”.

Na avaliação de Troyjo, dentro do atual contexto da quarta revolução industrial, não há dúvida do papel decisivo da integração do país às cadeias globais de suplementos de valor como trilha de desenvolvimento. “Esse é o novo paradigma para o Brasil”, sublinha. Ele entende que a busca do país para ingressar na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) dialoga com o esforço para firmar acordos comerciais.

Para o secretário, o sucesso alcançado por Chile, Canadá e China nas últimas quatro décadas é a prova inequívoca de que maior acesso a insumos e tecnologias trazem importantes benefícios à balança comercial. “Num país desigual como o Brasil, construir melhores incentivos à produtividade é o mais importante ganho social a ser gerado pela ação do governo”, finaliza. ✖

MEDIAR E CONCILIAR, EIS A QUESTÃO



NUMA SENTENÇA CONSTRUÍDA ENTRES AS PARTES NÃO HÁ PERDEDOR, MAS GANHOS MÚTUOS, RESPEITANDO OS INTERESSES E O LIMITE DE BARGANHA DE CADA UM

PAULO CASTELO BRANCO ¹

Desde 1990, verifica-se o incentivo presente na legislação na busca de meios autocompositivos; é o que se pode observar nas informações trazidas no Guia de Conciliação e Mediação, conteúdo de excelente qualidade, produzido e proposto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Soma-se, ainda, a essa necessidade de mecanismos que pudessem acompanhar a evolução da sociedade, a Resolução 125/2010 do CNJ, que trata da Política Nacional de Conciliação, e que precedeu à Lei de Conciliação e Mediação (Lei nº. 13.140/2015) e à Lei do



Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), em ambas as leis, pode-se se certificar da importância e relevância de se adotar práticas consensuais para resolução de conflitos.

No Brasil, com 210 milhões de habitantes, tramitam, nos tribunais judiciais, cerca de 90 milhões de processos.

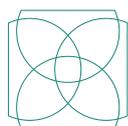
Os métodos de conciliação e mediação são vistos como meios distintos de solução de conflitos. Essa visão decorre, em grande parte, da evolução histórica desses instrumentos entre nós.

O CNJ aponta, e os parágrafos 2º e 3º do artigo 165, do CPC, confirmam: na conciliação, o terceiro facilitador da conversa interfere de forma mais direta no litígio e pode chegar a sugerir opções de solução para o conflito. Já na mediação, o mediador facilita o diálogo entre as pessoas para que elas mesmas proponham soluções.

A outra diferenciação está pautada no tipo de conflito. Para conflitos objetivos, mais superficiais, nos quais não existe relacionamento duradouro entre os envolvidos, aconselha-se o uso da conciliação; para conflitos subjetivos, nos quais exista relação entre os envolvidos, ou desejo de que tal relacionamento perdure, indica-se a mediação. Muitas das vezes, somente durante o procedimento, é identificado o meio mais adequado.

O CNJ, o Supremo Tribunal Federal, os tribunais superiores e os tribunais de justiça, além das universidades, proporcionam a formação de mediadores e conciliadores; especialmente nos tribunais de justiça onde ocorrem audiências com a participação de profissionais credenciados pelo Poder Judiciário.

Fato incontestável é o volume de ações propostas pelo poder público ou de cidadãos inconformados com decisões administrativas prejudiciais aos interesses dos contribuintes. É comum a prática de recursos sucessivos para impedir o reconhecimento do direito que, quando favorável à parte mais fraca, acaba não sendo útil para o ganhador, pelo longo período de tramitação do processo. É o conhecido “ganha, mas não leva!”.



¹ Paulo Castelo Branco é Presidente do Conselho de Ética da ABRIG. Advogado especialista em mediação e conciliação, escritor, cidadão honorário de Brasília, ex-presidente do Tribunal de Ética da OAB-DF e ex-membro da Câmara de Ética do Conselho Federal da OAB.

A constatação da população dos benefícios de buscar resolver suas questões fora do Poder Judiciário favoreceu a criação de escritórios privados de mediação e conciliação formados por profissionais de várias áreas e que, reconhecidos como qualificados na solução de conflitos, agem facilitando a concordância das partes.

É fato que ainda há resistência daqueles envolvidos em conflitos a optarem por meios de autocomposição, mas isso faz parte do processo de amadurecimento de questões inovadoras que são apresentadas à sociedade.

Respeitadas as diferenças das técnicas utilizadas para conciliação e para a mediação, sobressai sobremaneira a forma com que se trabalha com as questões subjacentes que cada caso apresenta.

O conciliador ou mediador jamais usará sua técnica de forma rígida para ter sucesso numa negociação, pois na solução de um conflito podem transparecer questões com diferentes abordagens e níveis de insatisfação, sejam de aspectos financeiros, sociológicos, psicológicos ou outros mais.

O que se pode afirmar é que, cada dia mais, seja pelo conhecimento, seja pelo trabalho de divulgação e conscientização da sociedade, a satisfação do cidadão que procura os núcleos de solução de conflitos, ou buscam o acordo extrajudicial, se faz cada vez mais presente, seja pelas vantagens já percorridas, seja pela celeridade, seja pela economia.; além de já estar apontando um cidadão consciente que uma sentença será imposta por um terceiro, ou seja o juiz determinará que um ganhou e o outro perdeu; mas, que num acordo, será uma sentença construída entre as partes, no qual não haverá perdedor, mas ganhos mútuos, respeitando os interesses e o limite de barganha de cada um.

E é assim que se acredita que os novos métodos de solução de conflitos vieram não para impedir ou dificultar o acesso ao poder judiciário, mas para facilitar o diálogo dos envolvidos em algum litígio, dando-lhes a oportunidade de construir suas próprias sentenças, o que os farão protagonistas na busca de alternativas para a implantação de um sistema de prestação jurisdicional mais célere e menos oneroso, e, sobretudo, protagonistas na disseminação da cultura da pacificação social. ✕

REDE DE LIDERANÇAS NOS ESTADOS

PROGRAMA POLÍTICAS PÚBLICAS 4.0, FIRMADO ENTRE CNDL E SEBRAE, INCLUI RELACIONAMENTO, CAPACITAÇÃO E PLATAFORMA DIGITAL INÉDITA

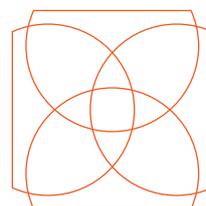
RENATA VERÍSSIMO ¹

O desenvolvimento do setor de comércio e serviços requer articulação de atores públicos e privados nas diversas esferas de poder. Foi com este olhar que a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) firmou convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para lançar o programa Políticas Públicas 4.0 (PP 4.0). Ao longo de dois anos serão investidos R\$ 3,7 milhões nesse projeto.

A iniciativa visa qualificar líderes para atuar como protagonistas na elaboração e articulação de propostas de políticas públicas voltadas ao varejo, com foco na melhora do ambiente de negócios e sem perder de vista a ética nas relações entre público e o privado. Nos encontros que estão sendo promovidos em vários estados, um dos objetivos é capacitar os envolvidos em relações institucionais e governamentais (RIG).

O esforço parte da premissa de que cabem aos líderes levar aos tomadores de decisões políticas o posicionamento do setor, além de esclarecer e sensibilizar os parlamentares sobre impactos de matérias legislativas em discussão. As reuniões também servem para mostrar a importância do profissional de RIG nas empresas e qualificar o trabalho muitas vezes exercido informalmente e por pessoas que não são da área.

“Precisamos empoderar a sociedade na construção de políticas públicas positivas. O programa leva qualificação e conhecimento aos líderes do setor em todo o país, para que atuem de forma proativa e propositiva”, sublinha o presidente da CNDL, José César da Costa.



A Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) participa dos encontros de mobilização por meio de palestras de Eduardo Fayet, professor e especialista em RIG. Para ele, ao investir na formação de profissionais de RIG, a CNDL cria um benchmark. “Ao mesmo tempo que qualifica lideranças, entende as demandas de políticas públicas do varejo e dissemina as melhores práticas a serem incorporadas pela rede de CDLs, sempre buscando a melhor gestão”, explica.

Para o presidente da Abrig, Guilherme Cunha Costa, a consolidação do diálogo entre público e privado estimula atores institucionais e econômicos a buscarem capacitar e profissionalizar seus representantes. Neste sentido, CNDL e Sebrae dão concreta contribuição ao oferecer o programa.

“Embora ainda não exista lei federal regulamentando o tema, os mais de 5 mil municípios brasileiros legislam diariamente sobre cidadãos e atores econômicos. Por isso, é fundamental o envolvimento de todos no debate das políticas públicas”, afirmou Cunha Costa.

O gerente de projetos da CNDL, Daniel Sakamoto, explicou que o diferencial do Políticas Públicas 4.0 é justamente não ser linear. “O programa tem visão de rede. Vamos empoderando na ponta, valorizando o associativismo e explicando como os líderes devem defender os interesses do setor”, disse.

MANIFESTO

A parceria CNDL e Sebrae teve início com o Programa Nacional de Desenvolvimento do Varejo (PNDV), que percorreu 16 estados em 2017 e resultou no mapeamento das políticas públicas prioritárias para o setor. O PNDV subsidiou o Manifesto do Varejo, documento com as principais demandas do setor, entregue a agentes públicos federais e estaduais.

O PNDV mobilizou mais de dois mil empresários, líderes do Sistema CNDL e representantes do poder público. Foram identificadas 437 demandas para o varejo. Entre elas está a necessidade de impulsionar o desenvolvimento econômico local, melhorar a representatividade institucional, consolidar a modernização das leis trabalhistas e incentivar a inovação.

O programa incentiva a criação de frentes parlamentares e de parcerias público-privadas e a estruturação de planos

de desenvolvimento local. Também trata de mobilidade urbana, infraestrutura, segurança pública, sistema tributário, educação empresarial, assistência às micro e pequenas empresas (MPEs) e desburocratização do crédito.

“Vamos avançar mais na observação das tendências de mercado e das necessidades das empresas, além de praticar algo essencial às sociedades modernas, que é comparecer perante o Estado e colocar AS demandas do setor com clareza”, avisou Bruno Quick, diretor técnico do Sebrae Nacional.

O PP 4.0 surgiu em 2018 como extensão do PNDV, com metas arrojadas e recursos avançados. Está sendo desenvolvida desde abril uma plataforma digital de articulação política para apoiar ações de RIG. Esse



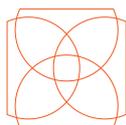
sistema online inédito no país permitirá acompanhar projetos, estruturar demandas, mobilizar líderes e conectar atores públicos e privados. “Constatamos que profissionais usavam nos encontros planilhas e outras ferramentas em papel e daí propusemos a digitalização”, contou Sakamoto.

O grande diferencial da plataforma está num cadastro de atores privados do varejo indicando o relacionamento de cada um com lideranças federais e estaduais do Executivo e do Legislativo. Isso facilitará em muito acionar dentro de uma rede pessoas que podem influenciar políticas públicas de interesse do setor. A previsão é que todas funcionalidades do sistema estejam prontas até meados de 2020.

OUTRAS FRENTES

O programa ainda prevê a realização de encontros para fomento ao desenvolvimento local e regional, por meio da articulação das lideranças do varejo e elaboração de propostas de Políticas Públicas. Os encontros também terão a missão de mobilização empresarial e debate sobre fundamentos essenciais ao desenvolvimento sustentável de negócios e empresas, como protagonismo, ética e associativismo. No total, estão previstos 36 encontros regionais com entidades e empresários.

Outra linha de atuação é a realização de 12 estudos e pesquisas sobre o varejo cujos resultados serão usados para sugerir a formulação de políticas públicas com foco nas micro e pequenas empresas do setor de comércio e serviços. Ao fim do período, existirá um grande banco de dados junto com a rede integrada de articulação política para a estruturação das demandas do varejo e proposição de políticas públicas para o setor.



¹ Renata Veríssimo é jornalista e diretora na GBR Comunicação.

CRONOLOGIA DO PP 4.0

2016 – Assinatura do convênio entre CNDL e Sebrae formalizando o Programa Nacional de Desenvolvimento do Varejo – PNDV.

2017 – Execução do PNDV em 16 estados, com 2 mil participantes e seis publicações.

2018 – Assinatura de novo convênio entre CNDL e Sebrae formalizando o Políticas Públicas 4.0.

2019 – De março a maio, 10 eventos em 10 estados (ES, MG, SC, MA, RN, RJ, PI, GO, SP e CE).

2019 – Execução do PP4.0. Primeira pesquisa, sobre Geração Z.

DEPOIMENTOS

“Estarmos em contato com os parlamentares simpáticos às causas que defendemos é fundamental para levarmos adiante iniciativas essenciais para o varejo continuar sendo um dos principais setores da economia”
Ivan Tauffer, presidente da FCDL-SC

“Temos a oportunidade de unificar as demandas do varejo e alinhar as estratégias para um diálogo com o poder público, o que deve ser uma ação contínua das nossas entidades”
Socorro Noronha, presidente da FCDL-MA

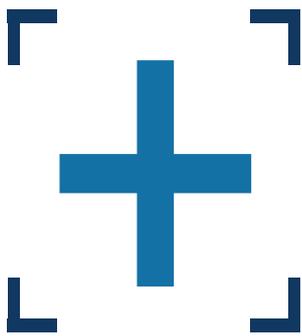
“A articulação de líderes do varejo e a elaboração de propostas de políticas públicas são importantíssimas para o varejo. Esse debate tem potencial de apoiar a retomada do crescimento econômico”
Afrânio Miranda, presidente da FCDL-RN

“O PP 4.0 traz conteúdo de qualidade para que os nossos líderes continuem atuando com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios regional e nacionalmente”
Marcelo Mérida, presidente da FCDL-RJ

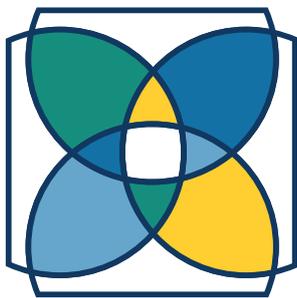
“É gratificante observar que o Piauí está incluído no roteiro de uma iniciativa para mobilizar os varejistas e estimular a discussão sobre a necessidade de maior protagonismo nas decisões políticas”
Sávio Normando, presidente da FCDL-PI ✖

PILARES DE ATUAÇÃO

BUSCAMOS O INTERESSE COLETIVO,
POR ISSO TEM COMO VALORES:



**DIÁLOGO, ÉTICA
E TRANSPARÊNCIA**



Abrig
Associação Brasileira de
Relações Institucionais
e Governamentais

- + CAPACITAÇÃO**
- + CONSCIENTIZAÇÃO**
- + REGULAMENTAÇÃO**
- + RELACIONAMENTO**

MAIS INFORMAÇÕES EM: WWW.ABRIG.ORG.BR



Abrig
Associação Brasileira de
Relações Institucionais
e Governamentais

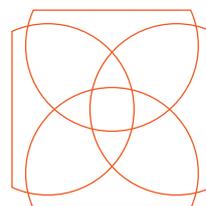
(61) 3327-0731 contato@abrig.org.br
SHN Qd 01, Bloco A - Edifício Le Quartier
Sala 1223 - Brasília/DF
Cep 70701-000

ESTUDO DE CASO IEL

O FAROL DA ÉTICA E DO PROPÓSITO

PROCEDIMENTOS DE COMPLIANCE E CONHECIMENTOS DE RIG FORMAM O MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA PARA EMPRESAS NUM MUNDO CADA VEZ MAIS INSTÁVEL

Os últimos anos têm sido de surpreendentes transições e viradas de mesa corporativas, cada vez mais frequentes e em velocidade prodigiosa. Pudera: a interação de empresas, marcas e produtos com o público deixou de ser vertical, para se tornar horizontal. Hoje, o consumidor tem tanta força na decisão da estratégia quanto o CEO, o board ou a diretoria.



Essa composição involuntária tem se mostrado transformadora, no rumo de um mundo mais idealista, igualitário e transparente. “A grande mudança dos tempos modernos é que instituições, empresas, ONGs e até o Estado estão tendo, cada vez mais, o papel questionado e a atuação desafiada”, diz Pablo Cesário, gerente-executivo de Relacionamento com o Poder Executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Isso não significa que tais atores perderam importância ou respeito. “Pelo contrário: convivem com um tipo de ativismo que valoriza cada uma das suas atitudes – de forma positiva ou negativa”, sublinha Cesário. Assim, assédio moral, dados falsificados, postura antiética, racismo, corrupção, sonegação de impostos, homofobia e atendimento de má qualidade, entre outras questões emergentes, não são mais assimilados com passividade.

Por meio das redes sociais, desvios éticos se tornaram motivo para críticas e rejeição pública a muitas empresas, com consequências negativas para seus negócios e metas. Hoje, uma simples discussão na frente de uma loja pode viralizar na internet, prejudicando a marca. Tal fenômeno se repete de várias formas e numa escala ilimitada. Escândalos recentes abalaram a economia e a política nacionais, assim como multinacionais, startups de mobilidade e membros importantes de governos se viram questionados.

Os especialistas chamam essa instabilidade de Mundo VUCA, sigla em inglês formada pelas palavras volátil, incerto, complexo e ambíguo. Nenhum líder organizacional – nem as suas estratégias – são poupados. Esse cenário desafiante, entretanto, traz inúmeras oportunidades para as empresas e seus líderes se posicionarem diante do seu público. A área de compliance vem ganhando em particular cada vez mais espaço nas organizações brasileiras, com papel estratégico nos negócios.

NOVOS PRINCÍPIOS

O escritor futurista norte-americano Alvin Toffler, autor de O Futuro do Capitalismo, diz que os analfabetos do século 21 são os que “não sabem aprender, desaprender e reaprender”. “A Agenda 2030, que traz os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (veja quadro) para o mundo empresarial, pode ser o farol para ações e postura das empresas, se cada uma souber reaprender”, comenta Carlo Pereira Linkevicius, secretário-geral da Rede Brasil do Pacto Global, da ONU.

Atualmente, grandes empresas figuram por 12 anos em média na lista das maiores do mundo. No passado, era 70. Outro dado instigante: há 20 anos, das 15 maiores empresas do planeta, 12 eram do setor petrolífero ante apenas uma hoje. Isso ilustra o quanto tem ganhado força novos setores econômicos, tecnologias emergentes e stakeholders, que, por sua vez, não têm garantias de que manterão a influência atual por muito tempo.

Quando tecnologias se renovam e a interface digital se transforma constantemente, o ambiente caótico se tornou o novo normal. “Não podemos olhar pelo retrovisor nem planejar ou traçar cenários usando dados históricos. Precisamos fazer exercício de futurologia”, alerta Linkevievus. Nesse caos, ele acredita que os ODS trouxeram uma luz, ao ajudarem a nos conectar com os princípios e tendências desse novo mundo.

VISÃO DO COMPLIANCE

Para se preparar para a conexão permanente com o novo e instável mundo, é preciso encontrar caminhos que tragam contraponto sólido. Como líderes e gestores podem entender melhor o ambiente em que cada organização se encontra? Como isso afeta a maneira como a empresa planeja o futuro, toma decisões, gere riscos, implementa mudanças e resolve problemas?

“O compliance é a grande solução para empresas que querem trabalhar bem nesse mundo. Constam em seus princípios transparência, prestação de contas, equidade e respeito a valores. Tudo isso presente em sua missão, em como se declara, se posiciona e atua. É o seu próprio propósito sendo atestado diariamente, por meio de mecanismo preventivo de gestão”, reage Ana Carolina Gazzoni, advogada e sócia da 360º Compliance.

Num mundo em mudança, é indispensável a atualização constante de agendas, valores, conceitos e formações.

“Quem quiser mergulhar no universo do compliance deve escolher cursos que o deixe apto a, auxiliado por ferramentas, estruturar um programa abrangendo desde elaboração de procedimentos a treinamento de pessoal”, sugere Ana Carolina. Segundo ela, o profissional precisa saber em que será útil e como contribuirá para o sistema de segurança e prevenção da organização. Daí o valor da formação de qualidade, como a oferecida pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

PAPEL DO PROFISSIONAL DE RIG

Uma outra formação que oferece metodologias e segurança é a de relações institucionais e governamentais (RIG). O empreendedor do comércio, do agronegócio ou da indústria adquire visão ampla de sua área ao participar das políticas públicas. Uma atribuição do profissional de RIG que pode contribuir para a postura das empresas é a de saber como os poderes atuam e estão organizados, como articulações no Legislativo podem interferir nos negócios e quem são os porta-vozes de determinados setores.

O empresário tem que interagir com o Estado, seja em âmbito municipal, estadual ou federal. É fundamental que o agente privado, que investe, gera empregos e enxerga oportunidades, perceba a importância de acompanhar políticas públicas. “Desde a promulgação da Constituição, em 1988, foram publicadas 5,3 milhões de normas. Essa imprevisibilidade do Estado em relação ao negócio pode ser atenuada pelo preparo”, observa Guilherme



Costa, presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig).

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) identificou 91 competências do profissional de RIG, desde monitoramento a processo legislativo. “É essencial à empresa ter um profissional que acompanhe cenários diariamente, perceba a direção do vento de determinada política pública relacionada ao negócio dela e participe do debate. A abrangência do seu radar é muito grande e quanto mais qualificado for, melhor será o resultado para a empresa e a interação com a sociedade”, acrescenta Costa.

CAPACITAÇÃO PARA O FUTURO

Líderes empresariais precisam se preparar e arregimentar profissionais capazes de compreender os novos tempos.

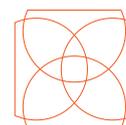
O conhecimento tradicional deve se somar a novas habilidades. O IEL promove soluções de gestão para empresas e cursos inovadores que acompanham tendências mundiais. “Um dos cursos, por exemplo, oferece técnicas e ferramentas para que empresas possam implementar a área de compliance e obtenham mais eficiência operacional e competitividade”, informa o consultor Eduardo Fayet, um dos responsáveis pela criação de vários cursos do instituto.

E isso vai ao encontro do que está sendo buscado em todo o mundo: a reinvenção e o reposicionamento de líderes e empresas. “É um momento de mudança de papéis e responsabilidades. Os líderes têm que ampliar ao máximo seu horizonte pois alguns setores irão deixar de existir. Precisamos estar bem abertos ao futuro”, resume Linkevius. ✖

AGENDA 2030

Conheça os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Única entidade temática dedicada à defesa dos programas de desenvolvimento regional dos estados e aos incentivos fiscais.



Nossa missão é impulsionar o desenvolvimento em seu sentido mais amplo, com o crescimento associado ao equilíbrio e convergência econômica entre todas as regiões brasileiras.

CONHEÇA NOSSOS ESTUDOS,
PROJETOS E ASSOCIADOS EM:

ADIALBRASIL.org.br

EVENTOS ABRIG

100 dias do Governo Bolsonaro - Pesquisa de Opinião Abrig

11/04/2019

Lançamento da pesquisa de opinião encomendada pela Abrig em parceria com o Instituto de Pesquisas e Estratégias (IPE) - Barômetro Abrig-IPE - entrevistou 2.000 brasileiros em todo Brasil sobre os 100 dias do governo Bolsonaro, o Legislativo e o Judiciário. Pesquisa disponível no site da Abrig: www.abrig.org.br



Abrig em audiência com Ministério da Economia

18/04/2019

A abrig se reuniu com o Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Paulo Uebel, do Ministério da Economia, para apresentação institucional e convite para parcerias.

Encontro sobre a Regulamentação da Atividade de Relações Institucionais e Governamentais

23/04/2019

A Secretaria Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais do RS, Conselheira Abrig e ex-senadora, Ana Amélia, encontrou com representantes da Abrig para debaterem sobre a Regulamentação da Atividade de RIG.



Seminário sobre a Sociedade Organizada e as Políticas Públicas

25/04/2019

O Seminário de abertura do 3º Curso de Extensão em Relações Institucionais e Governamentais (Abrig/IEL). Realizado no plenário da CCJ do Senado Federal, o encontro teve como tema a importância do profissional de Relações Institucionais e Governamentais para os Poderes Executivo e Legislativo. O evento contou com a presença de profissionais de excelência da área de RIG.



Assembleia Geral Ordinária - AGO - Abrig

26/04/2019

Diretoria e Associados Abrig compareceram à Assembleia Geral Ordinária para debaterem assuntos referentes ao Estatuto da entidade, código de conduta, ferramentas de compliance, parcerias e patrocínios, demonstrações financeiras, de atividades e de eventos realizados em 2018.



Abrigo no Rio de Janeiro

09/05/2019

O presidente da Abrigo, Guilherme Cunha Costa, se reuniu com o diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sr. Henrique Rocha, para apresentação Institucional da entidade. O diretor regional da Abrigo no Rio de Janeiro, Luiz Cláudio Souza Leão, participou da reunião. Na ocasião, traçaram projetos no Estado do Rio.



Audiência na Controladoria-Geral da União (CGU)

04/02/2019

O presidente da Abrigo, Guilherme Cunha Costa, e a Diretora de Capacitação, Carolina Venuto, realizaram audiência na Controladoria-Geral da União (CGU) com a secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção, Cláudia Taya.



Diretoria Abrigo – Região Sul em audiência com a Secretaria de Estado de Integridade e Governança do governo de Santa Catarina

05/06/2019

O Diretor Regional da Abrigo em Santa Catarina, Edgar Usuy, e o associado, Luiz Fernando Nunes Ferreira, estiveram com a Secretária de Estado de Integridade e Governança do governo de Santa Catarina (SIG), Naiara Augusto, para apresentação Institucional da entidade em busca de parceria.



Anuário Origem

07/06/2019

Definida com a LEC - Legal, Ethics, and Compliance e outros parceiros a realização do Anuário Origem que irá reunir informações do mercado de RIG no Brasil. O Anuário lista 472 profissionais de RIG que são referência na área.



MANUAL JOVEM RIG

08/06/2019

O Manual tem o objetivo de oferecer alguns direcionamentos iniciais para o novo profissional de RIG. São dicas e reflexões que mostram algumas práticas, conceitos e possibilidades deste mercado. Mesmo com o crescimento da área e a crescente capacitação daqueles que por ela se interessam. Esse Manual é fruto de debates e reflexões realizados ao longo do primeiro semestre de 2019 pelo Comitê Jovem RIG da ABRIG, instância criada com o intuito de auxiliar os novos associados e integrá-los aos mais experientes. Disponível no site da Abrig.



Happy Hour encerramento de semestre

11/06/2019

O Happy Hour celebrou o encerramento do semestre, excelente momento de troca de experiências com Sérgio Moura, um dos pioneiros da Atividade de RIG com 25 anos de experiência na IBM, e com Ana Victória, do Comitê Jovem RIG, também, participaram da conversa os associados que com alto nível refletiram o Brasil.



Abrig lança Cartilha de Relações Institucionais e governamentais

12/06/2019

Foi lançada no site e em versão impressa a Cartilha de Relações Institucionais e governamentais – A sociedade participando das políticas públicas. A Cartilha tem o objetivo de divulgar de forma clara, prática e objetiva os principais conceitos e definições da atividade de RIG.



Comitê Jovem RIG

12/06/2019

Carolina Venuto, presidente do Comitê Jovem RIG, participou de mesa redonda “RIG – Mercado e Regulamentação”, realizado pela Universidade do Distrito Federal (UDF).



Café com Autoridades – Reforma da Previdência

18/06/11/2018

O Café com Autoridade do 1º Ciclo de Debates sobre as Reformas Estruturantes do Governo teve como tema a reforma da Previdência. Com a participação dos deputados federais Marcelo Ramos (PL-AM), presidente da Comissão Especial da Reforma da Previdência, e Darcísio Perondi (MDB-RS).



ABRIG NA ESPANHA

27/06/2019

O Diretor da Abrig e representante da entidade no Conselho de Privados da UPU (União Postal Universal), Marcio Artiaga, representou a associação na Espanha em debate sobre e-commerce. O Painel contou com a participação de Portugal, Rússia, do Presidente do Conselho da UPU e do Presidente da Associação de e-commerce da Europa. A UPU reúne 188 correios no mundo e é ligado à ONU. O Conselho de Privados é uma instância auxiliar e a Abrig é a única representante do Brasil.



Agenda em SP

27/06/2019

Encontro de Trabalho da Abrig promovido pelo Associado Pessoa Jurídica Abridq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), Synésio Batista da Costa, com o Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa. Também participaram do encontro os associados PJ Reginaldo Arcuri, do Grupo Farma Brasil, e Lucien Belmonte, da Abividro.



ABRIG RJ EM AUDIÊNCIA NO FÓRUM PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO ESTADO

27/06/2019

O Diretor da Abrig no Rio de Janeiro, Luis Cláudio Leão, e o associado, Nicholas Moreno, estiveram com a subdiretora-geral, Geiza Rocha, do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro no Palácio Tiradentes, para apresentação institucional da entidade. O Fórum de Desenvolvimento do Rio é uma iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, que aproxima o Poder Legislativo dos demais setores da sociedade também engajados na promoção do crescimento econômico e social do RJ.



ABRIG E INTERLEGIS PROMOVEM DEBATE SOBRE LOGÍSTICA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, GOVERNAMENTAIS E INTERNACIONAIS

01/07/2019

O Seminário Internacional de Logística realizado no auditório Antônio Carlos Magalhães do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB/Interlegis) abordou questões sobre Segurança Jurídica, Privatizações e Concessões, Desburocratização e Digitalização Governamental e Relações Institucionais. Fizeram parte dos painéis: o embaixador e diretor do departamento dos EUA no Itamaraty, Benoni Belli; o embaixador dos Países Baixos, Cornelis Van Rij; o senador Wellington Fagundes; o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP); o Coronel Thiers Ribeiro, adido do Exército Brasileiro na China; o chefe da assessoria Institucional e Internacional do Ministério da Infraestrutura, Gustavo Sabóia; o diretor da Interlegis/ILB, Márcio Coimbra; e o coordenador-geral do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Floriano Filho.



Lançamento da 3ª Conferência Internacional da Abrig Menos Burocracia Mais Desenvolvimento

12/06/2019

Foi lançada no auditório do Ministério da Economia a 3ª Conferência Internacional da Abrig, em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o Ministério da Economia. A Conferência está prevista para outubro, quando pretende apresentar soluções concretas para desburocratizar o país e ajudar a destravar o crescimento do Brasil.



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL Abrig - Menos Burocracia Mais Desenvolvimento

15/07/2019

Reunião com a Secretária da Presidência da República e diretora de Modernização do Estado, Márcia Amorim, para apresentar a Conferência de desburocratização que acontecerá em 10 de outubro.

Audiência com o Vice-presidente da República, Hamilton Mourão

12/06/2019

Abrig realizou audiência com o Vice-presidente da República, Hamilton Mourão, para convite especial ao Prêmio Marco Maciel e apresentação Institucional da entidade. Na ocasião, o vice-presidente disse ser totalmente favorável à regulamentação da atividade de RIG.



Abrig e Apex Brasil

09/08/2019

O presidente da Abrig, Guilherme Cunha Costa, se reuniu com os diretores APEX Brasil, Augusto Pestana e Wilson Almeida, para alinhamento das ações conjuntas: Prêmio Marco Maciel (13/08), lançamento (09/09) e a execução (11/11) da Conferência Internacional + Segurança Jurídica + Investimento Estrangeiro.



Inglês para RIG

10/08/2018

Início do Curso Rápido da Abrig - Inglês para Rig, com carga horária de 16h. Abrangeu conteúdo de vocabulário específico para RIG, ferramentas e estratégias para análise de documentos e gravações; noções de pronúncia e estrutura; design e conteúdo para formulação de relatórios, balanços e e-mails institucionais.

Foto da turma no encerramento da aula.



1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL MENOS BUROCRACIA MAIS DESENVOLVIMENTO

24/08/2019

A Abrig reuniu, no Ministério da Economia, representantes da sociedade civil organizada para que apresentassem propostas que serão debatidas e aprovadas pela Conferência Internacional: Menos Burocracia, Mais Desenvolvimento. Foi I Reunião Ordinária preparatória para a Conferência Internacional. Pelo menos oito entidades que já haviam encaminhado sugestões, disponível em formulário no site da Abrig, fizeram uma exposição pessoalmente dos problemas enfrentados em seus respectivos setores e detalharam suas ideias desburocratizantes para melhorar o ambiente de negócios.



IV SEMINÁRIO ABRIG – REFORMAS ESTRUTURANTES NO BRASIL E ATUAÇÃO DE RIG

22/08/2019

O IV Seminário Abrig – Reformas Estruturantes no Brasil e atuação de RIG, em Brasília, fechou com chave de ouro III Curso de Extensão em RIG oferecido pela instituição. Estiveram presentes cerca de 50 pessoas, entre alunos e associados. Contendo os seguintes painéis: Reforma Tributária, Reforma Política e Reforma do Estado, Gestão Pública e Desestatização – Brasil e as Experiências Internacionais.



ANUÁRIO ORIGEM

23/08/2019

A Abrig participou como co-realizadora do Anuário Origem 2019. O primeiro anuário de RIG do Brasil reúne as principais lideranças e o mais completo panorama profissional da área desse país. Um importantíssimo marco na formalização da atividade de RIG. O anuário também reúne os 20 profissionais de RIG mais admirados por seus pares. Associados da Abrig estavam entre os premiados em evento ocorrido em São Paulo. A Abrig deseja fomentar projetos estratégicos e sustentáveis que valorizem o setor e os profissionais de RIG.



Café com Autoridade – Reforma Tributária

27/08/2019

A Abrig promoveu encontro que teve como tema a reforma tributária e a agenda econômica do país no 2º Ciclo de Debates das Reformas Estruturantes do Governo. Os convidados especiais para esta rodada foram o secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, e seu adjunto, Marcelo Sousa Silva.



ABNT VAI DEFINIR NORMAS TÉCNICAS PARA A ATIVIDADE DE RIG

A AUTORREGULAMENTAÇÃO É MAIS UM PASSO EM
DIREÇÃO AO DIÁLOGO, À TRANSPARÊNCIA E A ÉTICA.

O acordo de cooperação entre Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (ABRIG) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) será mais um passo para a autorregulamentação da atividade de Relações Institucionais e Governamentais (RIG), o antigo 'lobby'. Com a esperada Lei sendo debatida no Congresso há mais de 30 anos e o parlamento dedicado a outras prioridades, a ABRIG e a ABNT já criaram um grupo de trabalho para definir uma norma técnica para a atividade de RIG. A data da sua publicação será em 05 de dezembro durante a Conferência Internacional + RIG + Política Pública que será realizada em Brasília, aumentando a confiança sobre uma atividade hoje essencial para qualquer democracia, na medida em que garante o diálogo entre o Público e o Privado.



www.abrig.org.br



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS



Abrig

Associação Brasileira de
Relações Institucionais
e Governamentais

PLATAFORMA DE CAPACITAÇÃO, INFORMAÇÃO, RELAC

JULHO

AGOSTO

SETEMBRO

HAPPY HOUR

CAFÉ COM AUTORIDADE

ENCONTRO ABRIG

TV ABRIG

ABRIG DEBATE

CAPACITAÇÃO

CAPACITAÇÃO

REVISTA ABRIG



TV ABRIG



Abbrig

Associação Brasileira de
Relações Institucionais
e Governamentais

VENHA PARTICIPAR DESSA PLATAFORMA

Participando da ABRIG você tem contato com os principais profissionais de Relações Institucionais e Governamentais, sistema certificado de compliance, cursos, ampla rede de relacionamento qualificado e inúmeras vantagens.

OUTUBRO

NOVEMBRO

DEZEMBRO

CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL

CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL

CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL



CAFÉ COM
AUTORIDADE



TV
ABRIG

CONFRATERNIZAÇÃO

CAPACITAÇÃO

CAPACITAÇÃO

TV
ABRIG

MAIS    **DIÁLOGO, ÉTICA
E TRANSPARÊNCIA**
EVENTOS EM 2019

CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

FERRAMENTAS DE DISCUSSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALTÍSSIMO NÍVEL



Abrig
Associação Brasileira de
Relações Institucionais
e Governamentais

10 DE OUTUBRO

**-BUROCRACIA + DESENVOLVIMENTO
BRASÍLIA**

11 DE NOVEMBRO

**+SEGURANÇA JURÍDICA
+INVESTIMENTO ESTRANGEIRO
BRASÍLIA**

5 DE DEZEMBRO

**RIG + POLÍTICAS PÚBLICAS
BRASÍLIA**

12 DE DEZEMBRO

**+INOVAÇÃO +CIDADES INTELIGENTES
SÃO PAULO**

MAIS INFORMAÇÕES EM: WWW.ABRIG.ORG.BR



Abrig
Associação Brasileira de
Relações Institucionais
e Governamentais

www.abrig.org.br
(61) 3327-0731 contato@abrig.org.br
SHN Qd 01, Bloco A - Edifício Le Quartier
Sala 1223 - Brasília/DF
Cep 70701-00